

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



Nathalia Lima dos Santos

## **Soltando As Bruxas No Brasil**

**Uma viagem pela história revelando a realidade das mulheres  
brasileiras no período colonial**

Orientadora: Paula Drumond Rangel Campos

Rio de Janeiro

2018.2



Nathalia Lima dos Santos

## **Soltando As Bruxas No Brasil**

**Uma viagem pela história revelando a realidade das mulheres  
brasileiras no período colonial**

Orientadora: Paula Drumond Rangel Campos

Monografia apresentado ao Instituto de  
Relações Internacionais da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio de Janeiro  
(PUC-Rio) como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais.

Rio de Janeiro

2018.2

À todas aquelas que resistem  
com suas magias cotidianas,

## **Agradecimentos**

Aos professores do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio que geraram diversas dúvidas e perguntas sem respostas ao longo de toda a graduação. Agradeço por terem sido fundamentais na formação de meu pensamento crítico e por me ensinarem cotidianamente a tentar lidar com a frustração de que quase sempre nossas perguntas, de fato, não terão respostas. Agradeço especialmente aos professores Roberto Yamato, Manuela Trindade e Paula Drumond que me ajudaram imensamente dentro e fora de sala de aula. Obrigada por me apresentarem luz em momentos de escuridão acadêmica, por terem ouvido minhas angústias, por fornecerem lições extras-curriculares e pelos incentivos para que seguisse com meu interesse pela pesquisa acadêmica.

À minha família, especialmente meu pai e minha mãe. Agradeço por terem me ensinado o valor da educação, por acreditarem em mim, por me apoiarem em todos os momentos. Obrigada por todos os trabalhos que leram a cada vez que eu pedia mesmo que não entendessem uma palavra do que eu dizia, pelas palavras de motivação, as perguntas de cuidado e até os olhares de pena durante as várias horas sentada em frente a um computador. Sei que não conseguiria sem vocês.

Aos colegas de classe, que compartilharam cada alegria, descoberta, incômodo e dificuldade enfrentada nesta graduação. Em especial, Pedro Paulo, Adriana e Erika que compartilharam as dificuldades e alegrias dessa graduação. Não há abraços e fotos de gatos e bebês suficientes para agradecer o apoio e a companhia que proporcionaram em meio ao desespero. Da mesma maneira, Daisy e Francine que são fogo pro meu gelo, movimento na calmaria. Obrigada pelas risadas constantes, pela lucidez nos momentos de dúvidas, por me desafiarem com suas questões ao mesmo tempo que são conforto de que tudo vai terminar bem. Não poderiam existir melhores bruxas no meu clã.

À Beatriz e Gabriela, minhas fieis escudeiras e conselheiras. Obrigada por não me deixam esquecer meu lado mais infantil, adolescente e fangirl. Aquelas que me conhecem tão bem que sabem o que eu estou pensando ou sentindo antes de eu mesma perceber. Vocês são minha fonte de entretenimento diária com suas confissões, sonhos, white girl problems e simultaneamente, meu poço de sensatez, cuidado e inspiração. Obrigada por entenderem meus paradoxos e deixar que eu conheça os seus.

Aos amigos do Bahiense por me tirarem de casa quando eu não aguentava mais estudar, pelas, festas, tretas, jogos e madrugadas de High School Musical. Sei que nunca consegui fazer com que vocês entendessem e parassem de questionar as Relações Internacionais (mesmo que fosse só para me irritar). Só peço que parem de insistir para que eu estude os Vikings ou o papel da Islândia na Segunda Guerra Mundial.

Aos ElDorados, por serem o grupo mais diferente e completo que poderia existir. Obrigada pelas palavras de carinho, de admiração, de cuidado. Obrigada pelos questionamentos constantes, pelas opiniões controversas e pelos debates que muitas vezes se tornaram minhas fontes de inspiração acadêmica. Obrigada por lerem, criticarem e elogiarem meus trabalhos. Suas palavras e apoio me mantiveram escrevendo e buscando fazer o melhor trabalho, afinal eu tenho que manter minha posição de mais inteligente deste círculo.

## **Resumo**

Esta monografia pretende analisar os efeitos que os diferentes processos de controle sobre o corpo e o comportamento feminino geram em diversos espaços e tempos através do compartilhamento, reprodução e “aperfeiçoamento” de saberes. Para tal, é preciso entender que fatos históricos não são pontos isolados que geram consequências apenas dentro espectro espaço-temporal em que ocorrem. Assim, será analisado o movimento de caça às bruxas além do contexto europeu entre os séculos XIV e XVII. Serão observados também seus efeitos sobre a vivência de mulheres dentro do contexto de colonização portuguesa sobre o atual território brasileiro. A partir de um olhar interseccional, os efeitos serão observados de acordo com as posicionalidades de gênero, raça, classe e religião dos sujeitos envolvidos.

## **Palavras-chave**

Caça às bruxas; Colonização; Brasil colônia; Gênero; Raça; Controle; Corpo; Comportamento

## Sumário

1. Introdução .....	7
2. Revisão de Literatura .....	8
2.1. As Bruxas na Acadêmia .....	8
2.2. O Funcionamento do Poder.....	25
2.3. Gênero, Racismo e Interseccionalidade .....	31
3. A Criminalização da Bruxaria.....	20
3.1. A Caça às Bruxas.....	20
3.2. As Fogueiras Produzem Mais do que Cinzas .....	60
4. Quem é a Bruxa? .....	52
4.1. O Encontro Colonial .....	52
4.2. A Construção da Bruxa Brasileira.....	75
4.3. O Poder Contra os Feitiços .....	91
5. Conclusão .....	71
6. Referências Bibliográficas .....	100

## 1. Introdução

“(...) (A) reconstrução da história das mulheres, ou o olhar sobre a história por um ponto de vista feminino, implica uma redefinição fundamental das categorias históricas aceitas e uma visibilização das estruturas ocultas de dominação e exploração.” (Federici, 2017, p. 29).

Esta monografia tem como objetivo geral analisar os efeitos que diferentes processos de controle sobre o corpo e o comportamento feminino geram em diversos espaços e tempos através do compartilhamento, reprodução e “aperfeiçoamento” de saberes. Para tal, é preciso entender que fatos históricos não são pontos isolados que geram consequências apenas dentro espectro espaço-temporal em que ocorrem. Portanto, pretendo analisar o movimento de caça às bruxas além do contexto europeu entre os séculos XIV e XVII. Serão observados também seus efeitos sobre a vivência de mulheres em outros contextos. Pretende-se, portanto, utilizar a colonização brasileira como um estudo de caso para a observar tais práticas de controle, utilizando como norte direcionador a pergunta: *Quais os efeitos do período histórico marcado pela caça às bruxas no controle sobre a vivência de mulheres brancas e negras no Brasil colonial?*

Seguindo a narrativa tradicional sobre a história da colonização das Américas, a Inquisição perseguia somente judeus e cristãos-novos em terras brasileiras. A luta contra a magia e bruxaria neste espaço não se dá nos mesmos termos daquela que acontecia na Europa. Sua influência vai além dos julgamentos que aconteciam no Tribunal do Santo Ofício. Os julgamentos e condenações passam a gerar noções e concepções sobre os comportamentos a serem aceitos no convívio social. A condenação da bruxaria na Europa gera determinadas formulações sobre uma suposta natureza feminina, além da determinação de como as mulheres devem agir e quais ambientes e espaços podem ocupar. Os mesmos são reproduzidos e transmitidos através do imaginário europeu que baseia a colonização e o controle dos povos nativos dos territórios conquistados.

Dessa maneira, é perpetrada uma cultura de violências sobre o corpo e comportamento das mulheres, por mais que tais violências não sejam tão



explicitas quanto a morte na fogueira. Este movimento é normalmente visto como apenas um fenômeno religioso, mas possui também interesses econômicos e sociais. Algumas de suas consequências são a retirada do poder social das mulheres; os conhecimentos que antes eram passados de geração em geração agora são proibidos; o corpo e comportamento feminino passam a ser controlados pelo imaginário popular e pelas instituições e a mulher é relegada ao trabalho doméstico e reprodutivo, que era desvalorizado – processo que atinge seu ápice na sociedade capitalista industrial.

No entanto, é preciso chamar atenção ainda para o fato de que no contexto colonial brasileiro, tais práticas estão sob influência também da mentalidade colonizadora e das práticas escravistas. Este conjunto de pensamentos faz com que os nativos sejam vistos como inferiores, criando novas categorias que são marginalizadas na estrutura colonial da sociedade. Portanto, o controle desses corpos se dá de maneira diferente de acordo com a posição social que ocupam. As mulheres brancas, de origem europeia e cristãs são vistas como superiores. É importante ressaltar que estas já têm seus corpos e mentes controlados pelo medo propagado pela caça às bruxas europeia e são vistas como menos animais que as mulheres indígenas e negras.

Lugones (2014, p. 943) aponta como característica da modernidade a tentativa de distinguir os diferentes espaços e tempos. A separação entre o moderno e o não moderno tem como objetivo apagar as similaridades entre os mesmos e negar a existência de ontologias diferentes dentro de um mesmo referencial. “A modernidade nega essa existência ao roubar-lhes a validade e a coexistência no tempo” (*Ibid*). Isto se torna claro com as diferentes análises do período da caça às bruxas e da colonização das Américas em que não são percebidos que os dois se inserem em uma mesma temporalidade. A caça às bruxas e a colonização das Américas ocorrem durante um mesmo momento histórico, a partir do século XV, porém frequentemente a Idade Média é colocada como um momento anterior que não havia ainda alcançado o progresso necessário para a colonização. Esta monografia pretende ilustrar o

caráter internacional e a continuidade histórica/temporal que os dois processos assumem através do compartilhamento e transmissão de saberes entre os territórios ultramarinos, possibilitados pela colonização portuguesa que se instala nas terras que atualmente são consideradas território brasileiro.

A escolha deste tema se dá pela necessidade de estudar as consequências que fatos históricos causam sobre nossa realidade, mesmo que séculos depois. Na maioria das vezes, os fatos históricos são tratados como pontos isolados em linhas do tempo, sem que sejam considerados seus efeitos como um todo. Portanto, parto do fenômeno da caça às bruxas para analisar seus efeitos sobre o controle do comportamento e sexualidade das mulheres além de seu contexto histórico e geográfico. Através de práticas da Igreja Católica e do Estado, sendo reforçadas por costumes sociais, a mulher é levada a ocupar um determinado local na sociedade e aquelas que se recusavam a se limitar a tal espaço, são condenadas à morte. Dessa maneira, o espaço social ocupado pelas mulheres se torna cada vez mais limitado, enquanto o controle masculino e público sobre a vivência feminina se expande. Essa situação começa a mudar com o surgimento de movimentos sociais que lutam pela emancipação feminina a partir do final do século XIX, porém a condenação sobre mulheres que se rebelam permanece. Acredito que a análise dos mecanismos que permanecem e/ou se atualizam da Idade Média para o território das colônias pode contribuir para um melhor entendimento do compartilhamento de saberes sobre o corpo e o controle das mulheres entre os territórios e os séculos.

A análise dos processos sociais orquestrados pela Igreja Católica, o Estado e a sociedade desde os séculos XVI e XVII leva ao entendimento de que a caça às bruxas fortalece a “acumulação primitiva” através do desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, a construção de uma nova ordem patriarcal e a mecanização do corpo das mulheres em uma máquina de produção de novos trabalhadores. Este movimento gera a retirada do poder social das mulheres, as excluindo do trabalho assalariado e as subordinando aos homens. Isso, pois, o sistema capitalista precisa que o

trabalho produtivo seja não remunerado para que o primeiro movimento de “acumulação primitiva” ocorra. A caça às bruxas surge com o objetivo de restringir a vivência feminina àquilo que passa a se entender como sua conduta correta e as prepara para um regime patriarcal cada vez mais controlador que explora o trabalho e o corpo feminino, fazendo com que as mulheres percam o controle sobre sua própria função reprodutiva.

Entendo que enquanto e depois que tal processo se estabelece na Europa, o mesmo é reproduzido nas colônias da América e reforçado ainda mais com a pretensão portuguesa e espanhola de manterem sua “pureza de sangue”. Se voltando para a história do Brasil colonial, é possível entender uma nova esfera do controle do comportamento e da sexualidade das mulheres que se reproduziam e se instauravam nas colônias. Em nome da manutenção das linhas familiares “puras”, esta nova esfera do controle gera consequências diferentes para mulheres de raças diferentes ao definir que era papel da mulher branca manter a linhagem de sua família, ou seja, esta deveria guardar sua sexualidade para a vida matrimonial. Enquanto isso, os homens eram livres e até estimulados a explorar sua sexualidade. Ao fazerem isto, os homens causavam danos morais e físicos à vida de mulheres brancas e negras, sendo as primeiras condenadas pela sociedade por seu comportamento depravado e as segundas, por serem entendidas a priori como um ser sexual apenas por sua cor de pele, tinham sua sexualidade e seu corpo violados por atos sexuais tão violentos que poderiam a levar à morte ou então geravam herdeiros não reconhecidos que, ao longo do tempo, formaram uma nova classe social marginalizada dentro da sociedade colonial. Ou seja, a política religiosa e estatal europeia estruturam política e moralmente as hierarquias sociais e suas reproduções dentro da sociedade colonial.

Dessa maneira, este projeto busca entender como o controle do comportamento e do corpo feminino no Brasil colonial é influenciado pelo pensamento europeu da mesma época, entendendo que este passa a ser composto a partir de imposições religiosas e colocado em prática no fenômeno da Caça às Bruxas. A partir deste tema de pesquisa é possível

também observar como a Europa hoje em dia se coloca como superior em relação às condições que as mulheres têm em sua sociedade. Existe o discurso de que a sociedade europeia seria mais igualitária oferecendo as mesmas oportunidades a seus cidadãos, independente de seu gênero e seria até mesmo mais livre em relação às sexualidades de seus habitantes; sendo que na verdade ali se iniciam os processos de controle que marginalizam as mulheres, retiram seu poder social e as prendem dentro de casa ao se ocuparem do trabalho doméstico e reprodutivo. Ao exportarem a visão de que as mulheres deveriam ser controladas, utilizavam na época o discurso de que esta seria a melhor forma de organizar a sociedade, além da hierarquização de raças que os colocava no topo da cadeia evolucionária e subjugava qualquer outro grupo étnico.

A observação dos efeitos sociais que a caça às bruxas e a Santa Inquisição geram na vida das mulheres será realizada através da análise dos métodos de controle do comportamento das mulheres, de suas atividades e de seu corpo utilizados pelas instituições sociais dessas sociedades, a partir de análises históricas já feitas por outros autores. Tais métodos de controle envolvem a determinação de quais condutas sociais são aceitáveis e a imposição destas como modelos no cotidiano de toda a população. Assim, é limitado o escopo de ação das mulheres, já que sua vivência ideal se torna restrita a determinados espaços como sua casa e a Igreja. Até mesmo a visita às suas amigas e vizinhas deve ser evitada para que determinadas conversas não a desvirtuem. Suas atividades sociais são totalmente centradas nos cuidados domésticos que, ao mesmo tempo, passam a ser vistos como um ato de carinho por sua família e não um trabalho produtivo. No mesmo sentido, o corpo feminino deve ser preservado para a reprodução e preservação de sua família.

A observação da transposição desta sociedade e seus sujeitos sociais para o Brasil durante o processo de colonização deste território ocorrerá através da análise dos modelos ideais designados aos diferentes sujeitos sociais – homens colonos, as esposas destes, escravos e escravas negros - que

compõem tais contextos. A partir de textos que analisem o contexto colonial brasileiro com foco na sexualidade das diferentes mulheres ali envolvidas. Nesse, a autora percebe como a conduta sexual das mulheres brancas é controlada em favor da manutenção de sua linhagem pura e legítima, ao mesmo tempo que o homem da colônia pode exercitar sua sexualidade livremente, já que sua família e reputação não seriam afetadas. Assim, estes se sentem no direito de violentarem a sexualidade de mulheres então entendidas como inferiores, especialmente as escravas negras. Uma nova forma de exploração dessas mulheres emerge no contexto colonial. Com isto, é possível também perceber a hierarquização das diferentes categorias de mulheres que habitavam as colônias, sendo a virtude sexual da mulher em questão um aspecto primordial para a determinação do status social da mesma.

Este tema deve ser tratado, ainda, pela necessidade de entendermos o lugar que a mulher ocupa na sociedade brasileira desde sua formação e os processos que a levaram a tal local. É necessário ainda notar os diferentes locais ocupados pelas mulheres brancas e mulheres negras. Um exemplo atual disto são os números gerados por pesquisa recente de mulheres brancas e negras professoras da PUC-Rio. Nesta, é verificada que menos de 2% dos professores da universidade são mulheres negras. Essas diferenças são geradas por processos históricos racistas que se acumulam com processos sexistas sobre a vivência da mulher negra. A análise deste tema através de uma análise feminista interseccional pode ajudar a entendermos a estrutura social que hoje existe no Brasil ao investigar os processos que levaram a formação de uma hierarquia social racista e sexista que se reproduz ainda nos dias atuais.

Entendo que com a determinação do enquadramento desta pesquisa nos aspectos sociais e sua visão especialmente voltada para o fator racial, esta acaba desconsiderando certos aspectos como os fatores econômicos envolvidos nas mudanças estruturais da sociedade. O enquadramento voltado para a análise das condições sociais de mulheres que vivem na área urbana

brasileira gera a exclusão da vivência de diversas categorias de mulheres como as mulheres camponesas, que estão avançando seu movimento feminista em busca de emancipação. Esta exclusão consciente se impõe pelas limitações temporais e financeiras que determinam a realização prática desta pesquisa. O foco na realidade de mulheres negras e brancas exclui também o discurso de mulheres indígenas e também de grupos sociais que sofrem igualmente com os padrões impostos de acordo com o gênero, como a comunidade LGBT que é igualmente atacada moral e fisicamente mesmo que não seja formada apenas por mulheres. Além disto, a narrativa aqui apresentada gera a ideia de que estes grupos apenas aceitaram as mudanças estruturais que lhe foram impostas, assim como a retirada de sua autonomia sem se mobilizarem em movimentos de resistência ou qualquer luta coletiva para evitar o controle sobre suas vidas e sua submissão aos homens. Não se pretende abordar os movimentos de resistências que surgiram entre os séculos XIV e XVII, bem como durante o desenvolvimento das colônias, para que o escopo da pesquisa não se torne ainda maior; porém esta seria um tema de pesquisa interessante, principalmente para aqueles que estudam movimentos de resistência social.

É preciso apontar ainda que esta monografia está sendo desenvolvida a partir do ponto de vista de uma mulher branca, latina, heterossexual e católica que por essas posicionalidades usufrui de determinados privilégios dentro da sociedade em que está inserida, mas que também observa e experimenta determinadas violências dentro deste mesmo contexto. Em uma experiência própria recente, durante uma discussão no Facebook, fui lembrada o quanto a mulher é ainda considerada fraca e inferior, tanto física como mentalmente, ao ter meus argumentos desacreditados diversas vezes por um homem, pois eu não teria “entendido o que ele tinha dito”. No mesmo post, eram feitas declarações de que mulheres não seriam tão boas jogando futebol quanto homens, para justificar o diferente tratamento que homens e mulheres deveriam receber. Imediatamente, estabeleci uma conexão entre aquele discurso e o conhecimento que era veiculado durante as caça às

bruxas. Entre os séculos XIV e XVII, era reproduzida a ideia de que as mulheres possuíam debilidades mentais e morais. Os homens estariam livres desse fardo. Qualquer conhecimento vindo de uma mulher passa a ser deslegitimado e ilegalizado, assim como qualquer reunião de mulheres deve ser destruída para que seus saberes não sejam mais compartilhados. O trabalho das mulheres é deslegitimado pela desconfiança, até mesmo o trabalho reservado à mulher ideal se torna desvalorizado. Dessa maneira, o homem toma o poder social e econômico das mulheres para se tornar o chefe da casa e, em uma maior escala, o chefe de toda a sociedade. As mulheres perdem seus direitos e recebem status de propriedade dos homens; primeiro de seu pai e, quando casada, de seu marido. É aprofundada a divisão social entre mulheres e homens e modelos de comportamentos são impostos aos gêneros.

Quando olhamos para o contexto do Brasil colônia, onde é inserido o fator racial no jogo de poderes, vemos que não é interessante aos senhores de terra que seus escravos fossem educados. Mesmo com o fim da escravidão, a população negra permanece marginalizada pela sociedade. Enquanto poucas mulheres brancas ricas conseguem um mínimo de acesso à educação, às mulheres negras é relegado ainda mais o trabalho doméstico e a reprodução da vida, mesmo que não seja a de seus filhos. Por essa razão, assim como o desinteresse de difundir conhecimentos tidos como “não-normativos” dentro da estrutura acadêmica majoritariamente ocidental, poucas são as fontes primárias disponíveis sobre as vivências de mulheres negras. No entanto, busca-se que as visões e experiências sobre mulheres negras aqui registradas estejam baseadas em textos e relatos produzidos por mulheres não-brancas e que assim se identifiquem em seus textos. Apesar de não passar pelas mesmas situações e condições de controle a qual as mulheres negras são submetidas, reconheço que me insiro também dentro desta estrutura racista e machista, do mesmo modo que reconheço as violências geradas pela mesma, através da observação da sociedade e do convívio com

mulheres negras. Assumo aqui, então, o local da branquitude – dentro do contexto em que me insiro – para a produção deste trabalho.

Um motivo para a deslegitimação do trabalho feminino na caça às bruxas era o temor de que mulheres se unissem para realizarem práticas abortivas e compartilhem conhecimento sobre o assunto, já que a maioria das mulheres trabalhavam como parteiras. O post a que me referi acima tratava exatamente da criminalização mais recente do aborto com a Proposta de Emenda à Constituição-PEC 181/2015, a mesma que criminaliza o recurso da mulher a práticas abortivas em casos em que teve seu corpo violentado pelo estupro. A demonização de práticas contraceptivas e abortivas tem início na disciplinarização religiosa durante a caça às bruxas. Antes, estas eram utilizadas frequentemente pelas mulheres e faziam parte do conhecimento passado entre gerações de mulheres. Desde então, estas práticas se tornam alvo de penalizações e marginalização daquelas que as realizam. Vejo na PEC 181 mais uma vez a tentativa de criminalização das atitudes e do corpo feminino. Uma similaridade que vejo entre os casos é também o fato de homens estarem tomando decisões sobre a realidade de mulheres. No século XVII, o ofício das parteiras é substituído pela ciência obstétrica controlada por homens e pelo Estado. O mesmo ocorre contemporaneamente quando a aprovação da PEC 181 ocorre com o voto de 18 homens dentro do Congresso brasileiro. Ou seja, por todo esse período, permanece nas mãos de alguns homens a decisão sobre a legalidade de práticas que milhões de mulheres aplicam em seu próprio corpo.

Lembro ainda que é construído no imaginário social a imagem de que a mulher que pratica aborto o faz porque possui um passado de promiscuidade. Ela seria desonrada e, até mesmo, considerada sem sentimentos. Esta percepção se assemelha ao que era dito sobre as bruxas na Europa do século XVII. Entendia-se que as bruxas formavam uma espécie de seita infanticida que praticava feitiços contra a reprodução da vida. No mesmo momento, é criada a imagem da bruxa muito bem reproduzida no conto de João e Maria, uma mulher que raptava crianças para se alimentar



das mesmas. Uma parte que não fica clara nos atuais contos infantis é a dimensão luxuriosa desta mulher. As mulheres possuiriam uma luxúria insaciável. Suas mentes não eram fortes o suficiente e não controlavam seu desejo carnal, por isso entregavam seus corpos ao demônio. A promiscuidade é inerente à malignidade da bruxa.

O modelo de mulher exportado pela Europa ganha legitimidade nas colônias com o disciplinamento de nativos. A mulher branca deve seguir o ideal de esposa - passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas domésticas. A mulher selvagem, insubordinada, de mentalidade débil e desejos insaciáveis – que foi queimada nas fogueiras da Europa – é transportada para o local da mulher negra que deve ser controlada pelo colonizador e transformada em um ser passivo, assexuado, obediente e moral. É exigido que as mulheres se comportem de acordo com aquilo que se entende como educado e civilizado; que falem de maneira controlada, que se sentem e sejam comportadas, ocupando o menor lugar possível quase como se não estivessem presentes. Enquanto é transferido para as mulheres pobres, bruxas camponesas e escravas negras, o estereótipo da mulher expansiva, escandalosa e descontrolada, que grita enquanto fala. É exportado mais do que o controle de condutas sexuais, mas também comportamentais e “trabalhistas”.

Assim, ressalto como o processo da caça às bruxas permeia a construção da sociedade patriarcal e racista que permite a estrutura colonial. Ao observar os diferentes contextos sociais e capturar as diferentes posições ocupadas pela mulher, acredita-se que ao ser transportado espacial e temporalmente para o Brasil colonial, o processo da caça às bruxas dita regras de regulação distintas para os corpos negros e brancos. Logo, gera modelos ideais desiguais na determinação do comportamento de mulheres brancas e negras. Portanto, observar se mecanismos de controle são reproduzidos, reforçados, modificados e/ou reinventados no Brasil colonial permitirá que novos esforços de análise do controle masculino sobre o feminino sejam formulados, para que novas formas de resistência possam ser pensadas.

Por fim, aponto a necessidade de olhar para história como um fluxo de acontecimentos e não apenas como momentos fixos e pontuais. Pretendo construir a ideia de que a caça às bruxas de fato não teve fim, já que mulheres permanecem sendo controladas pelos regimes de poder construídos entre os séculos XIV e XVII. Isto se torna muito mais claro quando não só olhamos para as estatísticas de feminicídio ou para as práticas de controle social a qual às mulheres são submetidas diariamente ao longo de todos esses séculos. Mais recentemente demonstrações que se aproximam muito do que ocorria na época da Inquisição tem sido realizadas. Na virada do século XXI, foram relatados casos de perseguição e assassinato a mulheres que eram acusadas de bruxaria em países como Congo, Nigéria, Camarões, Benim e Tanzânia. Neste último, entre os anos de 1994 e 1998, cerca de 5 mil pessoas foram perseguidas e mortas. Casos de assassinatos foram também registados na Indonésia na década de 90 e na Índia nos anos 2000.

A manutenção deste processo se torna ainda mais clara quando, recentemente durante a vinda da filósofa Judith Butler ao Brasil, manifestantes que se diziam contra a teoria da autora queimaram nas ruas de São Paulo uma boneca vestida de bruxa, utilizada para representar Butler. Portanto, a caça às bruxas está muito mais próxima do século XXI do que normalmente pensamos. Muito diferente de ter acabado no século XVII, a caça às bruxas se manteve presente em nossas vidas durante 4 séculos, mesmo que por baixo dos panos; no entanto esta agora parece encontrar o momento de se revelar mais uma vez com a ascensão da direita conservadora no poder em diversas instâncias do mundo. Por isso, procuro reconhecer os âmbitos em que a “domesticação” da bruxa atua para que então o combate a esta se torne mais claro e preciso.

Assim sendo, entendo a caça às bruxas fez parte de um momento histórico que não teve fim em si mesmo. Considero que na verdade este é um processo tão poderosos que seus efeitos permanecem por um longo período histórico, moldando a vida de milhões de mulheres por todo o mundo. No entanto, sendo também moldado pelas especificidades de cada local. Nesta

monografia, então, analisarei diferentes tempos e espaços para verificar como a caça às bruxas é modificada e molda a realidade brasileira. Assim, pretende-se pensar o passado e a atualização dos mecanismos de controle do comportamento, do corpo e da sexualidade das mulheres para que o maior conhecimento destes permita formas mais abrangentes da emancipação feminina.

Esta monografia está dividida através de capítulos. Sendo esta introdução o primeiro deles. No capítulo seguinte, se realizará um esforço de análise por diversas literaturas que tratam sobre a caça às bruxas, poder e racismo e sexismo. Cada um desses âmbitos revelarão os desafios a serem tratados adiante no projeto. O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar o período da caça às bruxas em termos históricos e observar os efeitos das práticas de controle sobre a vida das mulheres que se inseriam neste contexto. O quarto capítulo tem como objetivo apresentar o argumento principal desta monografia. Primeiramente, se avançará a ideia que a caça às bruxas, ao moldar o imaginário europeu sobre o corpo feminino e os papéis de gênero, molda igualmente a colonização dos territórios conquistados nas Américas. Como estudo de caso, será apresentada a realidade do território brasileiro, colonizado pelos portugueses. A análise de tal contexto social através de um olhar interseccional levará à percepção de que as técnicas e práticas de controle não agem igualmente sobre todos os sujeitos inseridos nesta dinâmica social. Percebe-se que há uma hierarquização de humanidades, através principalmente das categorias de gênero, raça, classe e religião. Tal hierarquização resulta em uma maior aplicação de violências sobre os corpos das mulheres negras, escravizadas neste contexto. O olhar europeu transforma o corpo negro feminino em um objeto simultaneamente desejável e repulsivo, atraente e criminalizado, forte e subalternizado, sujo e pecaminoso. Ao fim, será produzida uma conclusão, recapitulando os principais argumentos avançados pela monografia e abrindo novos questionamentos e caminhos sobre o assunto tratado.

## **2. Revisão de Literatura**

Neste capítulo, será realizada uma breve revisão de literatura sobre o momento da caça às bruxas em diferentes áreas das ciências sociais para que se compreenda como este período é lido dentro da academia, quais foram as questões já identificadas e discutidas. Além de identificar os avanços e lacunas envolvendo este período histórico e as discussões de gênero e raça dentro das Relações Internacionais. Em seguida, serão apresentados textos tidos como centrais para o desenvolvimento desta pesquisa. A análise de Foucault sobre poder possibilitará uma análise da história como uma continuidade gerada pela reprodução do controle nas diferentes esferas sociais. Além de revelar as formas pelas quais a reprodução do poder ocorre de maneira que as violências sejam cada vez menos vistas dentro das hierarquias que constrói. Na seção seguinte, serão apresentados autores que informarão o arcabouço teórico-metodológico utilizado durante a condução da pesquisa através de uma visão feminista e interseccional inserida no campo das Relações Internacionais.

### **2.1. As Bruxas na Acadêmia**

A questão da caça às bruxas não é um tema frequentemente estudado na área das Relações Internacionais, por mais que as questões sobre o controle de corpos e comportamentos de mulheres estejam sendo inseridas neste campo das ciências sociais. Uma pesquisa pelos textos de diversas áreas permitiu perceber que algumas referências têm sido feitas às milhares de mulheres mortas e torturadas nas fogueiras da Europa da Idade Média, no entanto nenhum esforço em direção a um estudo profundo sobre esse tempo é de fato realizado por teóricos de Relações Internacionais.

Campbell (1992) trata brevemente da caça às bruxas que ocorre nas colônias inglesas da América em seu livro *Writing Security*. Em sua análise, a perseguição de mulheres está inserida em um contexto de expurgação do “outro”. Tal expurgação do diferente é central para a criação da identidade nacional dos Estados-nacionais que se formam. Assim, a caça às bruxas é

vista como mais uma forma de estabelecimento de um “outro” com o intuito de criar uma unidade entre os colonizadores. Este “outro” é visto somente através do viés da exterminação pelos ingleses. Quando tal exterminação é impossibilitada de ser colocada em prática, uma separação física era imposta através da construção de muros e da promulgação de leis que separavam os indivíduos física e legalmente. O autor chama atenção para o fato de que enquanto nas colônias hispânicas 54% dos homens casados tinham mulheres indígenas, nas colônias inglesas, as relações sexuais entre os colonos ingleses e ameríndios eram raras e severamente reprovadas (Campbell, 1992, p.125). Foram estabelecidas até mesmo legislações que tinham como objetivo claro “banir para sempre” casais mistos, pois tal “mistura abominável” não poderia ser aceita (*Ibid*).

Em meio a tensões sociais e turbulências políticas, a bruxaria é colocada como um inimigo a ser combatido dentro das colônias. Cria-se uma conspiração de que a heresia dos índios americanos estava se juntando ao diabo, no mesmo momento em que seitas tidas como heréticas cresciam por todo o território colonial. Assim, os colonos puritanos eram vistos como a força do “bem”, enquanto todos os outros habitantes da colônia eram os perpetradores do “mal” (Campbell, 1992, p. 128-129). Uma observação importante apontada pelo autor é o fato de a perseguição à bruxaria ser utilizada em momentos de tensões sociais. A caça às bruxas europeia opera simultaneamente à Guerra dos Trinta Anos, momento contemporâneo ao processo de formação dos Estados soberanos e ao estabelecimento da Paz de Vestefália (Campbell, 1992, p.128). Isto contribui para o argumento do autor de que é preciso de um “outro” externo para que unidade interna do Estado seja forjada pelos grupos dominantes (*Ibid*).

Ao tratar também sobre a produção da diferença, Naeem Inayatullah e David Blaney (2004) citam brevemente a ocorrência da caça às bruxas no Prefácio de seu livro *International Relations and the Problems of Difference*. Utilizando Campbell (1992) como referência, esses autores traçam uma ligação entre a produção do índio e da bruxa como diferentes. Tickner (1992)

contribui para esta visão ao notar que durante a colonização de novos territórios, os nativos destes eram representados na cultura europeia através da associação com características dadas às mulheres. Isto era feito com o intuito de inferiorizar os nativos ao aproximá-los do gênero feminino quando comparados aos homens brancos colonizadores. A masculinidade era um atributo tido como presente apenas no homem branco europeu. Os colonizados e as mulheres europeias se tornavam, através deste discurso, dependentes do homem branco e de sua masculinidade para que fossem protegidos. A partir da desonra colocada sobre a imagem das mulheres, outros povos podem ser feminilizados no imaginário europeu e assim, subjugados. Inayatullah e Blaney (2004, p.X) chamam ainda atenção para a baixa produção que existe em torno desses dois sujeitos históricos. Algo que pode ser constatado, 14 anos depois, com esta pesquisa é a manutenção da escassez de materiais analíticos e críticos sobre a época e ressalta-se também sua pouca inclusão nos debates do campo de Relações Internacionais.

Ao tratar sobre as dinâmicas de generocídio (*gendercide*), Mary Anne Warren (1985) reconhece, ainda que brevemente, as violências físicas e simbólicas perpetradas contra as mulheres antes e durante a caça às bruxas. Já na mitologia grega, se acreditava que o “mal” tinha chegado ao mundo dos Homens através de uma mulher, Pandora, que, ao abrir a caixa que lhe foi dada. Pandora teria sido criada pelos deuses gregos a pedido de Zeus que queria castigar seu filho Epimeteu. Este se apaixonou pela mulher, porém junto com a mesma foi enviada um recipiente que os deuses diziam ser um presente de casamento. Epimeteu se recusa a abri-lo prevendo as intenções de Zeus, no entanto Pandora se rende à curiosidade. Ao abrir o recipiente, Pandora liberou os desentendimentos, as guerras, as doenças e todos os males que afligem a humanidade. Tal tradição de atribuir a origem do “mal” a uma figura feminina se mantém nas mitologias hebraica e cristã. Nestas, Eva, assim como Pandora, descumpre as regras que lhe foram dadas e come do fruto proibido. Eva ao descumprir a ordem divina de comer o fruto proibido e dar o mesmo a Adão. Tal ato faz com que os dois se sejam expulsos do

jardim do Éden, o paraíso, por Deus que, no mesmo momento, amaldiçoa as terras a serem ocupadas pelo casal.

A culpabilização das mulheres como veículo do “mal” foi enfatizada na época da caça às bruxas, conectando-se então com a condenação da sexualidade das mulheres e o reforço da imagem de que essas seriam agentes naturais do diabo (Warren, 1985, p.42). Tal leitura vai de encontro com a análise apresentada por Curiel (s.d., p.12) de que o casamento é um meio de imposição da heterossexualidade sobre toda a população. A mentalidade reproduzida nesta época reforça a lógica do casamento patriarcal em que os homens controlam as vidas sexuais e reprodutivas das mulheres. Passa a se entender que é preciso que as mulheres sejam controladas por um homem para que não caiam nas tentações do “mal”, do diabo que exerceria uma maior influência sobre essas. Com a justificativa de manutenção da ordem, o casamento heterossexual é inserido neste processo como controle direito dos sujeitos visto como ameaça, as mulheres. Assim, aquelas mulheres que não se encontravam em um casamento, principalmente aquelas que dividiam moradias com outras mulheres, eram vistas como uma ameaça à ordem social e condenadas à morte. O número de mortes de mulheres e a perseguição constante a um determinado gênero faz com que a autora defina este momento como um período generocida (Warren, 1985, p.43).

No âmbito do Direito e mais especificamente da criminologia, a caça às bruxas e a Inquisição são vistas como basilares para a construção do poder punitivo do Estado, como conhecemos hoje, centralizado e burocratizado. Através de uma leitura feminista da criminologia, percebe-se a centralização do poder estatal através dos tribunais da Inquisição. Com base nas crenças religiosas, é imposto um discurso punitivista sobre o corpo e o comportamento das mulheres. Em seguida, a criminalização das mulheres passa a se justificar pelos meios científicos onde eram comprovadas as supostas características inferiores dos corpos femininos. O pensamento criminológico positivista considerava, por exemplo, que as mulheres possuíam capacidade intelectual similar à de macacos.

Vera Malaguti Batista (2011) entende também que para a centralização do poder punitivo é necessária a condenação do “outro” pelos meios jurídicos. Este será o sujeito sobre o qual o poder jurídico agirá. A bruxa passa por um processo de objetificação para que se torne condenável, assim como a heresia. Seria preciso, anteriormente, a desumanização para que ocorra a demonização dos sujeitos (Batista, 2011, p.32). Zaffaroni (*apud* Batista, 2011, p.32) entende que a Inquisição é o primeiro discurso criminológico moderno, pois envolve o estudo das causas do mal, as diversas formas pela qual este se apresenta e, em seguida, permite o desenvolvimento de métodos para combatê-las. Batista (2011), ao longo de seu livro, chama atenção para a continuidade desses discursos e práticas no contexto atual. Batista (2011, p. 32) transpõe a figura do herege para a imagem do traficante na atualidade. Os dois estariam dispostos a corromper as crianças e apresentá-las ao “mal”.

Outra forma pelo qual as bruxas são olhadas no âmbito da criminologia é através da questão do medo. Batista (2011, p.34) aponta que o medo recaía sobre diversos sujeitos, incluindo as mulheres em geral, para que o poder punitivo construísse dispositivos formais e informais de controle social sobre os mesmos sujeitos. Em sua análise sobre as estruturas racistas e sexistas que estão em vigor na sociedade brasileira, Maria Aparecida Bento (2002) trata igualmente do medo cultivado na sociedade europeia da Idade Média e que estrutura esta sociedade ao longo dos séculos. Um dos movimentos que gera tal característica é o que a autora chama de “pedagogia de choque”, implementada pela Igreja (Bento, 2002, p.9). O Estado se junta à Igreja nesse processo de reação contra a civilização rural e de maioria pagã. Bento (*Ibid*) entende que o Estado e a Igreja compartilharam seus temores com a população através de intervenções na vida cotidiana. A acumulação desses medos teria se convergido em uma angustia coletiva causada pelo acúmulo de estresses. Tal angustia teria sido externalizada por meio da violência. Bento (*Ibid*) ressalta ainda que há uma coincidência cronológica e subjetiva entre a perseguição às bruxas europeias e a escravização de índios e negros



nos territórios coloniais; os dois movimentos supostamente perseguem um mesmo inimigo, o diabo. Para tal, a mesma linguagem é utilizada e condenações muito similares são prescritas (*Ibid*).

Grosfoguel (2016b) ao tratar do sexismo epistemológico envolve a caça às bruxas entre o que define como os 4 genocídios/epistemicídios do século XVI. A definição de epistemicídio utilizada por Grosfoguel (2016b) é baseada no conceito de Boaventura de Souza Santos que o define como “a destruição de conhecimentos ligada à destruição de seres humanos” (Grosfoguel, 2016b, p.26). O autor entende que um epistemicídio foi perpetrado contra as mulheres com o intuito de apagar seus conhecimentos, transmitidos entre as gerações. Grosfoguel (2016b, p.42) coloca que neste epistemicídio não há livros a serem queimados, logo os corpos das mulheres assumem tal posição. A partir disto, é reproduzida a exclusão do conhecimento das mulheres como base para construção do pensamento ocidental, tido como verdadeiro e universal.

Através destas leituras, pode-se perceber que o contexto da caça às bruxas é levantado por vários autores em seus estudos. No entanto, nenhum destes cede mais do que poucas páginas ao tema. Assim, estudos e análises superficiais são feitas sobre este período de temor e controle na Europa. Da mesma maneira, pouco se fala sobre seus efeitos e a continuidade de suas práticas. Este é visto como um passo do processo de estruturação da diferença e do poder estatal e seu fim é visto com o alcance desses objetivos. No entanto, penso que deve ser chamada a atenção para a manutenção dessas estruturas e para a continuidade dos mecanismos de controle sobre os sujeitos. O fim em termos histórico da caça às bruxas não resulta no fim dos modelos ideais criados por este movimento, assim como não gera o fim da imposição de que os mesmos sejam seguidos. A manutenção dessas determinações se mantém através de práticas de controle violentas sobre os sujeitos a serem “corrigidos” – no caso da caça às bruxas, as mulheres desviantes do padrão branco, europeu, heterossexual e cristão.

## 2.2. O Funcionamento do Poder

Foucault (1984) entende que são produzidas tecnologias disciplinares, como técnicas e dispositivos de poder entre os séculos XVII e XVIII, tendo como centro o corpo do homem e com o objetivo de enquadrar e hierarquizar o mesmo. No século XVIII, uma nova tecnologia de poder teria se desenvolvido, a biopolítica, com base no homem enquanto espécie. A partir desta, o controle se voltaria para as populações como um todo. Esta tem como centro o aprendizado de normas por parte dos indivíduos para que então possam regular a si mesmos por meio de instituições médicas e administrativas (Foucault, 1984, p.135). O Direito, por exemplo, não mais funciona com base no medo e na morte, mas sim através do acatamento das normas (*Ibid*). “Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (*Ibid*). Aos poucos, o poder se torna produtivo ao ordenar, barrar, construir ou destruir forças de ação (Foucault, 1984, p.128). Assim, cria-se a sensação de uma liberdade no agir, já que não se utiliza mais uma lógica de controle e vigilância. No entanto isto poderia ser aplicado somente para o contexto europeu e apenas dentro da realidade determinados indivíduos. Como aponta Batista (2011, p.38), nas colônias, o poder sobre a população negra e indígena continua a se expressar através da violência, permanece como uma forma de controle social. Neste contexto, os conflitos são ainda administrados através da perpetuação de violências e não há espaço para a regulação por meio de normas (Grosfoguel, 2016a, p.13). A conquista dos territórios ocupados pelos povos colonizados está totalmente baseada na apropriação e desapropriação, sem qualquer regulação do Direito, por exemplo.

É preciso apontar ainda que apesar de as análises de Foucault (1984) sobre os métodos de controle serem úteis para o atual trabalho, o mesmo não considera a caça às bruxas no âmbito de fenômenos que geram tecnologias de controle sobre a sexualidade e a vida dos indivíduos. Para Foucault (1984, p.11), a repressão ao sexo só é imposta a partir do século XVII, momento em que a caça às bruxas perde força e suas práticas se tornam menos violentas.

Esta repressão identificada pelo autor se daria através de proibições e interdições. Isto porque o autor observa apenas as ações através da estabilização de um poder soberano estatal, mesmo que reconheça também a importância de outras instituições no processo de repressão das sexualidades, como o papel da Igreja através da confissão. No entanto, Foucault identifica que simultaneamente tal forma de controle faz com que o discurso sobre a sexualidade se multiplique. Com as proibições, as pessoas pensam e falam muito mais sobre sexo para que supostamente contenham suas vontades e prazeres. Por exemplo, ao tornar a sexualidade algo a ser confessado, a repressão faz com que este se torne um assunto dentro daquele ambiente e um objeto de estudo para aprimorar seu controle.

“Pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa” (Foucault, 1984, p.11). Foucault entende que a partir do século XVII, se inicia um incentivo para que o sexo seja tratado nos âmbitos político, econômico e técnico (*Ibid*). Neste momento, Foucault (1984) ignora as práticas políticas e religiosas violentas sobre a sexualidade das mulheres que são implementadas antes do século XVII, durante a caça às bruxas. O sexo se torna algo a ser gerido e regulado por um padrão ótimo, no século XVII, no entanto, este já vinha sendo administrado através da violência e da tortura. Estas permitem a sustentação da repressão através do discurso estatal e científico. Além de que, assim como Federici (2017) coloca, as práticas de controle do comportamento das mulheres empregadas na caça às bruxas contribuem para o processo de enclausuramento feminino dentro dos espaços privados e principalmente dentro de seu lar, permitindo que a (re)produção dos proletariados fosse garantida através das noções de cuidados que as mulheres deveriam ter com seus marido e filhos. Dessa maneira, o trabalho feminino se torna não remunerado através da economia do cuidado e assim permite a reprodução do sistema capitalista sem que mais custos sejam gerados. A mulher e seu trabalho doméstico são forçadamente inseridos em

um modo de produção de mão de obra para o sistema capitalista sem que qualquer pagamento seja realizado. Isso é justificado ainda com o discurso de que a retribuição se dará através dos sentimentos carinhosos proveniente de outros indivíduos em direção à figura materna.

A análise de Foucault (1984) peca ao não observar a dimensão do gênero e não reconhecer que a repressão sobre o corpo feminino permite uma maior liberdade para a sexualidade masculino. O homem passa a ser visto como aquele que deve vigiar e controlar o corpo feminino. As questões da sexualidade são administradas, em favor do homem branco que ganha o controle sobre o corpo das mulheres de sua família.

Foucault apresenta a história de um trabalhador agrícola francês que é denunciado e processado, dentro dos termos da época, por ter se relacionado sexualmente com uma menina. O autor explica que, até então, aquilo era algo comum no cotidiano da aldeia. Mesmo homem já tinha estabelecido outras relações como aquela, assim como outros homens e meninos. Através desta história, Foucault observa que

“(...) o cotidiano da sexualidade aldeã, os ínfimos deleites campestres tenham podido tornar-se, a partir de um certo momento, o objeto não somente de uma intolerância coletiva, mas de uma ação judiciária, de uma intervenção médica, de um atento exame clínico e de toda uma elaboração teórica” (Foucault, 1984, p.33).

Tal história teria se passado no ano de 1867, ou seja, durante o século XIX, porém a inserção da sexualidade nos meios jurídicos e médicos possui um histórico desde o século XIV com os tribunais religiosos e posteriormente com os tribunais seculares. A cientifização da sexualidade se inicia com as proibições impostas sobre os saberes (re)produzidos pelas mulheres camponesas de geração em geração. Tais proibições se dão em favor do controle masculino sobre os conhecimentos tidos como verdadeiros e, futuramente, com a produção científica de conhecimento, dominada pelos homens da elite. A história narrada por Foucault (1984, p.33) ocorre dentro de um contexto de continuidade da imposição de proibições com fim na produção de conhecimentos através do estudo dos sujeitos condenados. Isto já era perpetrado durante a caça às bruxas, porém por outros meios. O período

observado por Foucault (1984) de fato apresenta um avanço da ciência, que passa a estudar e determinar os comportamentos e corpos dos indivíduos; no entanto, a exclusão através do uso da força continua sendo imposta sobre determinados corpos que são vistos fora da normalidade e são patologizados. As proibições sobre as práticas sexuais fazem com que se fala cada vez mais sobre as mesmas com o objetivo de entendê-las, catalogá-las e patologizá-las.

Ao tratar do que chama de “questão histórico-política”, Foucault (1984, p.15) questiona se de fato existe uma separação entre os momentos históricos da “Idade da repressão” e o momento em que uma análise crítica sobre a mesma é realizada. Não se estaria ainda em meio à repressão? Tal ideia contribui para o entendimento empregado nesta pesquisa de que os momentos históricos produzem continuidades entre as práticas aplicadas em diferentes contextos. Os momentos repressivos não desaparecem da história. Na verdade, suas práticas continuam sendo reproduzidas de diferentes maneiras, de forma que tal continuidade se confunde entre noções de liberdade e segurança.

Foucault (1984, p.16-17) entende que os métodos de repressão não servem apenas a esse propósito, mas também funcionam como alicerce para que instituições interfiram na vida privada dos indivíduos, com o intuito de saber mais sobre suas sexualidades. Portanto, a proibição sobre o sexo se traduz em mais conversas e espaço para o mesmo. A confissão é o exemplo mais claro deste espaço em que as pessoas, principalmente a elite, era controlada através do discurso religioso. Um aparato repressivo é construído em torno do discurso de proibição do sexo. O desejo é transformado em discurso (Foucault, 1984, p.17). “Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia” (Foucault, 1984, p. 26).

O controle sobre o sexo observado por Foucault (1984, p.29) permite também o controle populacional por parte do Estado, junto a sua economia.

Passam a ser produzidas teses populacionais como forma de regular as populações de acordo com o interesse estatal. Isto já é um momento em que a violência já não estava sendo mais empregada diretamente na Europa, mas através de aparato discursivo e científico. Algo parecido pode ser observado no contexto colonial, no qual não era de interesse da metrópole e da elite colonial que a população de certa raça aumentasse exponencialmente, já que deveriam ser mantidos sobre o controle da elite branca e sob condições de submissão e escravidão. No entanto, nas colônias, a violência era ainda o meio utilizado para o controle, principalmente entre as classes mais pobres e as raças inferiorizadas.

Foucault (1984, p.58-59) ressalta a importância da confissão entre os mecanismos de controle, mesmo entre os testemunhos fornecidos em julgamento ou os procedimentos científicos. A confissão se torna um meio de produção da “verdade” e “normalidade”. Esta não está presente somente no âmbito religioso, mas se ramifica por diversos âmbitos da sociedade, como na justiça ao se confessar um crime ou nas relações familiares e amorosas ao serem confessados pensamentos e desejos, por exemplo (*Ibdi*). Isto se dá dentro de um processo que torna a atuação do poder cada vez mais individualizada. O indivíduo é forçado a conhecer a si mesmo e, a partir deste conhecimento, controlar suas próprias atitudes. Não é mais necessária a utilização da violência explícita e física, pois o poder de coerção já foi de certa maneira internalizado pelos indivíduos. Durante a Idade Média, a confissão era sempre acompanhada pela ameaça da tortura. “A obrigação da confissão nos é, agora, imposta a partir dos tantos pontos diferentes, já está tão profundamente incorporada a nós que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage” (Foucault, 1984, p.59). Este poder que nos coage é entendido socialmente como uma forma de liberdade, porém como Foucault (1984, p.60) explica, é apenas mais um meio para que não se deixe de falar sobre o sexo, permitindo que este seja estudado e controlado. Conforme aponta o autor, “ao contrário, instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre ele. Não somente falou muito e forçou

todo mundo a falar dele, com também empreendeu a formulação de sua verdade regulada” (Foucault, 1984, p.68).

O sexo deixa de ser controlado apenas pela noção do pecado e da culpa religiosa, mas também pelas noções de normalidade e patologia. As ciências assumem o local de produtores de discursos de verdade sobre o sexo, seguindo os mesmos parâmetros da confissão e em parte a justificando (Foucault, 1984, p.66). “O sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido” (Foucault, 1984, p.81). Isto faz com que o corpo se torne cada vez mais controlado e de forma cada vez mais detalhada. O maior conhecimento e controle sobre o corpo traz consigo uma maior capacidade de atuar e controlar globalmente (Foucault, 1984, p.101), através da reprodução de saberes tidos como científicos e verdadeiros. O discurso repressivo não fica apenas contido no âmbito religioso e jurídico como na Idade Média, mas vai aos poucos se estendendo para outros âmbitos da sociedade. Os estudos de demografia, biologia, medicina, psiquiatria, psicologia e crítica política tem algo em comum com o discurso repressivo sobre o sexo (Foucault, 1984, p.35). Além do âmbito moral que é central para que o medo da desonra se instale, fazendo com que a violência deixe de ser o maior instrumento utilizado na repressão.

Mesmo que não tenha uma análise com foco nas dimensões do gênero, como já apontado, Foucault (1984, p. 114) reconhece que a mulher considerada desocupada, aquela que possui tempo livre além de seus afazeres conjugais e parentais, é a primeira a ser alvo das políticas de controle. Seu corpo é sexualizado e medicalizado. Para tal, lhes são atribuídas novas funções e obrigações no âmbito doméstico, ao mesmo tempo em que aquelas que não se encaixam no padrão da normalidade passam a ser vistas como histéricas. Estas últimas não seriam aptas a assumirem seus deveres de cuidado e educação de seus filhos, ou seja, não criariam indivíduos preparados para viver em sociedade (Foucault, 1984, p.137). A histeria pode ser vista como a nova bruxaria.

Através do trabalho de Foucault, pode-se observar que a construção das estruturas de poder ocorre dentro dos diversos níveis, tanto micro quanto macro. O corpo da mulher é um dos locais em que o poder exerce, produz e reproduz suas práticas, identidades e discursos no âmbito micro, permitindo que seu controle se expanda no macro com a determinação de verdades, legitimadas por discursos religiosos, científicos e jurídicos, principalmente.

### **2.3. Gênero, Racismo e Interseccionalidade**

A importância do estudo da realidade das mulheres no campo das Relações Internacionais já foi demonstrada por diversas autoras. Estas comprovaram as diversas ligações que existem entre os contextos micros em que as violências ocorrem e a construção de estruturas internacionais de violência. Tickner (1992) no primeiro capítulo de seu livro *Gender and International Relations* explica que os estereótipos colocados sobre cada gênero definem os locais ocupados por cada um dentro da sociedade. Os estereótipos determinam, por exemplo, os trabalhos em que atuam a mulher e o homem. Tal diferença se baseia em relações desiguais entre homens e mulheres que reforçam a suposta superioridade masculina e justificam a maior posse de poder por parte do homem. Entende-se que os homens, identificados por atributos hierarquicamente vistos como superiores – como, por exemplo força, poder, autonomia, independência e racionalidade – devem ocupar os trabalhos que envolvem tomada de decisões políticas. Por isso, devem ser os responsáveis pela defesa dos interesses nacionais e pela condução da política externa. Ou seja, o homem é sujeito considerado como apto a ocupar os espaços público da sociedade, enquanto a mulher se torna prisioneira da esfera privada e invisibilizada nos cargos de poder e na esfera pública em geral.

Tickner (1992, p.1) aponta casos de mulheres que conseguem ultrapassar parte de tal barreira, no entanto estas continuam sendo consideradas aquelas que devem cuidar de assuntos ligados ao âmbito doméstico e à reprodução; lhes é relegado, por exemplo, o Comitê de



Educação. Ou seja, mesmo quando a mulher consegue conquistar algum espaço dentro da esfera pública, sua agência é colocada em uma posição que remete as atividades realizadas no âmbito privado como o cuidado com a infância. Quando olha para os diferentes locais ocupados por homens e mulheres na sociedade, Tickner (1992, p.1) aponta que enquanto o homem serve ao seu país através do sacrifício na figura do soldado e através do avanço dos interesses nacionais na figura do diplomata, a mulher se insere nos papéis de ordenamento e conforto, através da esfera doméstica. Elas são as mães e as provedoras de necessidades básicas ou professoras, enfermeiras e trabalhadoras sociais, ou seja, profissões que se relacionam com o cuidado (*Ibid*). Na área da política, a mulher é frequentemente entendida dentro dos movimentos pela paz e sua atuação nestes é vista como ingênua, fraca e não-patriota. Conforme aponta, “the extent to which international politics is such a thoroughly masculinized sphere of activity that women's voices are considered inauthentic.” (Tickner, 1992, p.2) O papel feminino, porém, é reproduzido de forma ambígua; as mulheres são aquelas que devem ser protegidas pelo Estado e seus homens e, ao mesmo tempo, são as aquelas que possuem o mínimo de controle sobre as condições de sua própria proteção (Tickner, 1992, p.1).

A autora aponta ainda que tal noção não se limita ao entendimento da política, mas na verdade perpassa e ajuda a construir toda uma sociedade masculinizada. As Relações Internacionais não podem ser excluídas de tal sociedade. A construção da disciplina das Relações Internacionais e o seu próprio objeto de estudo são construídos a partir das experiências masculinas, apenas, visto que os espaços público e de poder são ocupados majoritariamente por vozes e corpos masculinos. Consequentemente, os espaços ocupados tradicionalmente pelas mulheres na sociedade não são incluídos nas análises realizadas dentro de tal disciplina e são considerados irrelevantes para seus debates e saberes (Tickner, 1992, p.3). Isto faz com que a disciplina tenha tradicionalmente se fechado aos assuntos e

experiências de homens que atuam na tomada de decisão de política externa e na academia.

As interpretações geradas através da teoria feminista possibilitariam novos insights sobre o comportamento dos Estados e sobre as necessidades dos indivíduos, como defendido por Tickner (1992). Estas promoveriam um olhar que incluiria, além das mulheres, aqueles às margens do sistema internacional. Uma visão voltada para a vivência de mulheres permite um novo entendimento da economia mundial, por exemplo; já que as mulheres são, frequentemente, as primeiras a serem afetadas pelas mudanças e crises econômicas. Além de que tal visão revela ligações entre assuntos tratados no âmbito internacional e práticas cotidianas, como a maneira que o militarismo e as violências estruturais se sustentam em nossa sociedade. Dessa forma, seria igualmente legítimo olhar para a ligação entre práticas aplicadas em diferentes tempos e contextos históricos, para que a reprodução de uma determinada estrutura seja delineada.

Tickner (1992, p.10) considera ainda que as feministas não devem somente analisar as experiências de mulheres nas relações internacionais, mas também questionar os conceitos centrais e estruturantes de tal disciplina. Tickner (1992) e Enloe (2014) veem perigo nas atuais conceptualizações de termos como poder, soberania e segurança através de uma visão masculinizada do mundo. Para Enloe (2014, p.16), o discurso feminista normalmente não é levado a sério por tratar dos âmbitos domésticos e privados, aqueles que são considerados irrelevantes para a política. A manutenção dos conceitos de segurança, estabilidade, crise e desenvolvimento com base em formulações masculinizadas faz com que sejam considerados apenas os eventos de *Big Picture*<sup>1</sup>. Segundo as concepções tradicionais, a vivência diária de mulheres não estaria envolvida neste âmbito e não haveria qualquer influência entre estes dois locais. Para Tickner (1992, p.12), a reformulação de tais conceitos poderia gerar novas soluções para os atuais problemas e inseguranças do âmbito internacional. É

---

<sup>1</sup> Este é o âmbito macro da política, onde se considera que a política de verdade é realizada.

preciso que segurança seja entendida também em termos estruturais e ambientais. “Thinking of security in multidimensional terms allows us to get away from prioritizing military issues, issues that have been central to the agenda of traditional international relations but that are the furthest removed from women's experiences.” (Tickner, 1992, p.12).

Enloe (2014, p.35) chama a atenção para o fato que enquanto a casa for imaginada como um ambiente feminino, em que homens apenas passam às vezes para recuperarem suas energias, esta não será considerada dentro das noções de política internacional. Isto faz com que a masculinização da política internacional se torne ainda mais profunda. É preciso que as dinâmicas familiares, as relações sociais, comportamentos e modos de pensar sejam reconhecidos entre fatores que moldam a política mundial. Como afirma Enloe, “the world is something that has been—and is being—made every day. And ideas about and practices of both femininity and masculinity, combined with attempts to control women, are central to that world-making.” (Enloe, 2014, p. 35).

A autora ressalta ainda que tais noções não se mantêm idênticas no tempo e no espaço, por isso precisam ser analisadas dentro do contexto em que estão inseridas. O que todas as noções de masculinidade têm em comum, porém, é o fato de que as mulheres são marginalizadas; assim como afirma Cockburn (2004, p.28). A não ser que consigam se distanciar de suas feminilidades e se aproximarem de discursos e práticas masculinizados. Um exemplo de uma mulher que teria se aproximado do masculino é Margaret Thatcher que era vista como “o homem mais forte dentro da sala”, mesmo sendo a única mulher (Enloe, 2014, p.31 – tradução livre). Em sociedades patriarcais, qualquer menção ao feminino pode ser depreciada. Como consequência, as mulheres têm suas imagens cada vez mais desvalorizadas, enquanto os homens tentam se afastar da feminilidade ao máximo, ao mesmo tempo em que tentam aproximar os outros homens da mesma, retirando sua força, coragem e racionalidade.

Uma visão feminista apontaria que um conceito de segurança abrangente deve considerar a eliminação das relações de gênero para a segurança ser de fato alcançada, pois estas envolvem dinâmicas de dominação e subordinação. Ou seja, seu objetivo deve ser a eliminação de todos os tipos de violência. Cockburn (2004, p.44) entende que para redução das violências, é preciso inicialmente chamar a atenção para as diferenças entre os gêneros e as especificidades de cada um, para a maneira como homens e mulheres são posicionados socialmente de maneira diferente. Seria preciso ressaltar as diferenças em suas experiências e necessidades e como estas se expressam de forma diversa nas diferentes culturas. Em seguida, deve haver uma tomada de consciência sobre a desigualdade de poder entre os gêneros, sobre a maneira como o poder se integra a instituições como a família e o Estado e como esta aumenta as violências já associadas a diferença étnicas, raciais e de classe. “Finally, if violence is a continuum, our movements have to be alliances capable of acting in many places, at many levels, and on many problems simultaneously.” (Cockburn, 2004, p.44).

O objetivo deste trabalho está em exatamente analisar as práticas de controle sobre os corpos e comportamento feminino como um *continuum* que se aperfeiçoa, fazendo com que a violência se torne cada vez menos visível no âmbito público. Seguindo o pensamento de Cockburn (2004), as violências contra as mulheres são constantes temporal e espacialmente. As violências orquestradas em tempos de guerra não devem apresentar tamanha excepcionalidade dentro das teorias sobre violência; pois, seja em tempos de guerra ou de paz, ocorre a perpetuação da violência contra as mulheres, de diversas formas (Cockburn, 2004, p.43). Isto em função de estruturas desiguais de poder nos âmbitos público e privado das sociedades. Por meio do controle das mulheres dentro do ambiente doméstico, o âmbito público, e conseqüentemente o internacional, se tornam cada vez mais masculinos. As mulheres e suas vivências são reduzidas ao doméstico, fazendo com que as violências ocorridas neste contexto sejam entendidas como um assunto de menor importância ou sobre os quais não devem ser realizadas interferências

externas. Este processo reforça o poder masculino no âmbito público da sociedade, gerando simultaneamente mais legitimidade para as ações masculinas e violentas no âmbito doméstico. Como afirma Enloe (2014, p.350), o mesmo pode ser dito sobre a relação entre os âmbitos pessoal e internacional. A vida privada se torna um pilar de sustentação do poder masculino no internacional. As dinâmicas de poder no ambiente privado legitimam a atuação dos homens no ambiente público e internacional e, conseqüentemente, a legitimidade dessas ações no internacional reforçam seu poder para agir na vida privada. Na realidade, não há uma divisão entre as práticas aplicadas nos dois âmbitos; ambos reforçam uma estrutura de poder, em que o masculino detém a força e a autoridade para reproduzir dinâmicas opressoras e violentas.

Enloe (2014, p. xvii) quando trata da sustentação do patriarcado entende que diversas estratégias são utilizadas para que certas características da masculinidade sejam consideradas positivas, ao mesmo tempo em que os aspectos femininos são subordinados. São utilizados métodos de intimidação e coerção direta, mas também a linguagem e práticas de cooptação são mobilizadas para a manutenção do patriarcado. Enloe (2014, p.9) entende que é preciso investigar onde o poder se encontra, quem o tem e em que formas e principalmente como este se camufla para que não seja percebido. Enloe (2014, p.11) chama atenção para o fato de que frequentemente “analistas do poder” entendem que a posição marginal de mulheres em assuntos internacionais advém de tradições, preferências culturais e normas atemporais, como se estes fossem independentes das dinâmicas em que o poder atua. Para que certos cargos e locais de poder sejam mantidos, determinadas posições de mulheres e meninas devem ser mantidas e internalizadas na forma de expectativas como os sacrifícios que a mulher enquanto mãe deve fazer, suas prioridades enquanto esposa, a definição de limites em sua amizade com outras mulheres e o modelo de filha que deve admirar (Enloe, 2014, p.11). A expectativa, que tais modelos geram, esconde os processos políticos que atuam por trás da reprodução dos mesmos.

Entendo que tal divisão é reproduzida antes mesmo da criação do Estado moderno, com a exclusão anterior da mulher da esfera pública para que os homens ocupassem os cargos de poder. O local de homens e mulheres já era construído durante a Idade Média através da construção da ideia de que os trabalhos no âmbito público deveriam ser ocupados apenas por homens e o âmbito doméstico deve ser dominado pelas mulheres, com o consentimento de seus maridos ou pais. Enloe (2014, p.352) aponta que o Estado depende de determinadas construções artificiais presentes nas esferas domésticas e privadas para atingir seus objetivos políticos. Além da caça às bruxas como forma de controle, um exemplo da reprodução de tal noção é dado por Tickner (1992, p.7) ao tratar do texto de Machiavel. Tal autor faz uma comparação entre a fortuna e as mulheres ao entender que as duas precisam ser conquistadas através da força. A mulher seria também uma ameaça tanto ao Estado como ao homem, pois seriam fracas, medrosas, indecisas e dependentes (Tickner, 1992, p.7). A reprodução de tal ideal ocorre de forma tão abrangente na Europa e em suas colônias que o mesmo continua se reproduzindo até os dias atuais em todos os âmbitos de nossa sociedade.

Como já referido, em dado momento Tickner (1992, p.12) olha para a caracterização dos indígenas nas colônias das Américas como sujeitos afeminados. Neste momento, a autora olha também para a situação das diferentes mulheres dentro deste mesmo contexto. “(T)he European female, in contrast to her colonial counterpart, came to represent a stable, civilized order in nineteenth-century representations of British imperialism.” (Tickner, 1992, p.12). A mulher europeia, que era ao mesmo tempo controlada pelas práticas da Inquisição, se torna superior quando comparada à mulher colonizada.

Enloe (2014, p.350) contribui para a discussão estabelecida nesta pesquisa ao chamar atenção ainda para o fato de que o pessoal se torna internacional, já que as noções de o que é ser uma mulher que merece respeito ou um homem honrado advém de políticas colonizadoras, estratégias de comércio internacional e doutrinas militares. Penso que as primeiras são

primordiais para o movimento inicial de reprodução de modelos ideais de comportamento e controle pelo mundo. É através das empreitadas coloniais que o pensamento europeu é imposto e reproduzido em outros continentes. Dessa maneira, as estruturas sexistas de seu pensamento são também impostas sobre os povos colonizados. Enloe (*Ibid*) afirma que é preciso entender que as relações pessoais de poder não estão contidas somente no Estado. Os fluxos de informação, comércio e poderes internacionais influenciam e são influenciados pelo âmbito doméstico e familiar. A autora cita como exemplos a relação entre violência contra mulher e o comércio global de pornografia e chama atenção para como as noções de feminilidade são um legado dos tempos coloniais (*Ibid*). O mito da necessidade de proteção das mulheres e povos inferiores gera ainda uma noção de cidadania militarizada, o que reforça relações de gênero, etnia e raça desiguais.

O gênero claramente molda os entendimentos presentes nas relações internacionais, no entanto não são considerados os efeitos das ações que ocorrem no âmbito doméstico e que influenciam o funcionamento das relações internacionais. Por exemplo, estuda-se no âmbito da violência apenas aquelas que ocorrem em meio a conflitos estratégicos e políticos como a violência perpetrada contra o soldado em combate, mas não a violência doméstica perpetrada contra as donas de casa. É preciso pensar o quanto o âmbito internacional afeta os acontecimentos do âmbito privado, como o fato de que a construção de sociedades militarizadas leva a relações mais violentas no contexto privado e doméstico. As violências em todo os níveis da sociedade estão interligadas, militarismo e sexismo se influenciam e se reforçam na sociedade.

A construção do homem com a imagem do soldado que protege sua nação é facilmente desfeita com evidências que mostram que a maioria dos homens prefeririam não lutar nas guerras e muitos, de fato, se envolvem no conflito. “One study shows that in World War II, on the average, only 15 percent of soldiers actually fired their weapons in battle, even when threatened by enemy soldiers” (Tickner, 1992, p.8). Para despertar as

“qualidades” que se esperam dos homens, apela-se para o dever patriótico e para a desestabilização de sua masculinidade. As ansiedades sobre suas sexualidades e identidades são manipuladas ao serem chamados de garota ou mulher, o que demonstra também como o gênero feminino é visto como inferior na sociedade em geral. Assim como, a superioridade do masculino é socialmente construída através de políticas violentas e militarizadas, os atributos associados a masculinidade não são de fato inerentes aos homens. São precisas políticas e práticas que os produzam de alguma forma. “The association between men and violence therefore depends not on men's innate aggressiveness, but on the construction of a gendered identity that places heavy pressure on soldiers to prove themselves as men.” (*Ibid*). Ou seja, as supostas qualidades que dão mais poder e autoridade aos homens não são biologicamente inerentes a estes, mas sim construídas através de sua formação em sociedade.

Essa produção constrói um ideal de masculinidade que se baseia no uso da força para legitimação do ganho de poder. Os efeitos do uso da força agem diretamente sobre a construção de sociedades militarizadas e, conseqüentemente, mais perigosas para grupos subalternizados como as mulheres. Tickner (1992, p.16) chama atenção para o fato de que em sociedades mais militarizadas, as mulheres se tornam mais vulneráveis ao estupro e, em momentos de crise econômica, as violências contra as mulheres aumentam. Na mesma direção, Cockburn (2014, p.32) percebe que a violência doméstica aumenta em situações de tensão social e as práticas são mais letais em momentos que mais homens carregam armas em sua rotina. Em qualquer tempo, os índices de violência doméstica são maiores em famílias de militares ou famílias que tenham homens que já prestaram serviço militar (Tickner, 1992, p.16). É preciso levar em consideração ainda que a maior parte das violências públicas ocorrem entre homens, porém as mulheres são aquelas que se sentem ameaçadas quando estão em espaços públicos. Jill Radford (*apud* Tickner, 1992, p. 38) aponta que isto limita a possibilidade de mulheres terem as mesmas oportunidades de empregos que



os homens, pois estas não se sentem seguras ao saírem de suas casas sozinhas. “Maria Mies argues that this line, which demarcates public and private, separates state-regulated violence, the rule of right for which there are legally sanctioned punishments, and male violence, the rule of might for which, in many societies, no such legal sanctions exist.” (Tickner, 1992, p.17). Enloe (2014, p.29) chama atenção até mesmo para a ideia de como a percepção de que vivemos em mundo perigoso contribui para a reprodução de certas pessoas devem ser protegidas, entre estas as mulheres estão sempre envolvidas. Entende-se que aquelas que estão entre os que devem ser protegidos, estão mais seguros “em casa” e são incapazes de acessarem o perigoso mundo externo. Isto privilegia certas noções de masculinidade e a subordinação da feminilidade.

Ao tratar da vida e experiência de mulheres comuns, Enloe (2014, p.347-348) entende que estas sabem que a maneira como o poder opera em suas famílias é crucial para a maneira como o mesmo opera em suas comunidades, nos partidos políticos, governos e nas agências internacionais. Esta seria a prova de que de fato o pessoal é político. As relações sociais estão cercadas de poder por todos os lados, um poder desigual e assegurado pelas autoridades públicas. No entanto, Enloe (2014, p.348) chama atenção também para o fato de que o contrário também é verdadeiro. O político é pessoal. As mudanças geradas no âmbito privado influenciam e moldam o público. Por isso, é tão importante para o patriarcado que as relações privadas sejam moldadas pela dominação do homem sobre a mulher. Sem isto, o controle masculino sobre o político seria mais instável (Enloe, 2014, p.348). Enloe (2014, p.348-349) apresenta uma pesquisa que chega à conclusão de que em geral as mulheres sabem menos sobre política do que homens. Tal resultado foi atribuído ao fato de que poucas mulheres ocupam cargos de importância no jornalismo e na política, o que faz com que outras mulheres não se interessem pelos assuntos e não prestem atenção ao que é anunciado, não percebendo a relevância destes em suas vidas. No entanto, uma outra conclusão pode ser retirada deste caso, como a possibilidade de que o

entendimento do que é político utilizado em tal pesquisa é muito restrito. A política presente na vida de maioria das mulheres envolve, em alguns exemplos, a disponibilidade de cuidados infantis a preços acessíveis, a acessibilidade a transportes públicos, o tratamento dado pela polícia à mulher que vai prestar uma queixa de estupro e como o governo se utiliza de imagens de mulheres sexualizadas para atração de turistas (Enloe, 2014, p.349). Nesse caso, a expansão do conceito de política mudaria a forma como a lacuna de falta de conhecimento entre homens e mulheres poderia ser interpretada e até mesmo o sujeito considerado com menor conhecimento mudaria. Novamente, a maneira como se dá a construção das sociedades e as qualidades atribuídas a cada um dos gêneros é central na distribuição de poder e hierarquização dos indivíduos. A maneira como a sociedade define o que deve ou não entrar na esfera política exclui os assuntos e o cotidiano imposto às mulheres dentro de sua reclusão no âmbito doméstico e privado.

Umas das consequências de considerar que o internacional é pessoal é tornar visível analiticamente todas as mulheres, em toda a sua diversidade.

“If it is true that cooperative as well as hostile relations between governments, corporations, and international organizations rely on constructions of women as symbols, women as providers of emotional support, women as both unpaid and lowpaid workers, women as voters, and women as token participants, then it does not make sense to continue analyzing international politics as if women were a mere afterthought.” (Enloe, 2014, p.354).

É preciso manter em mente que a diferença entre a vivência de tais mulheres deve ser mantida durante a análise. Como a diferenciação entre mulheres da cidade e do campo, mulheres casadas com homens conectados à política por seus negócios e mulheres que trabalham nos negócios desses homens. Estas diferenças possuem consequências em seus entendimentos sobre feminilidade, economia conjugal, relações pessoais com determinados homens e conflitos com o Estado (Enloe, 2014, p.356). Enloe (2014, p.356) foca nas diferenças econômicas, mas também cita diferenças étnicas e raciais. O texto de Crenshaw (1991) ressaltará a importância de observar as diferenças entre as diversas categorias de mulheres, já que essas experimentam distintas formas de controle e níveis de gravidade

diferenciados em relação à violência. Categorias como classe, “raça” e religião são fatores estruturantes da posicionalidade de cada um dos sujeitos na hierarquia de poder dentro das sociedades. Um olhar interseccional na análise das relações de gênero é de imensa importância para revelar que a categoria “mulher” não pode ser tratada como homogênea.

Cockburn (2004, p.24-25) entende que as análises feministas devem olhar para além das determinações dos papéis sociais de cada gênero. A autora explica que o gênero precisa ser observado como uma relação, uma relação de poder que está conectada a outras dinâmicas de poder (Cockburn, 2004, p.25). Ainda assim, mesmo com as diversidades entre as diferentes culturas, pode ser observado que em comum as mesmas possuem a dominação do homem e da masculinidade sobre os aspectos femininos, desde práticas casuais e em relações interpessoais até mesmo as práticas institucionalizadas. Cockburn (2004, p.28) entende que o poder gerado através de relações de gênero está presente em todas as dinâmicas sociais de interação humana. Este se expressa nos aspectos físicos (com a diferença de mobilidade de corpos de homens e mulheres), passa pelos elementos econômicos (quem possui propriedades, dinheiro e recursos) e até na esfera social (com quem está a autoridade e a iniciativa e qual gênero depende do outro) (Cockburn, 2004, p.28-29). Não basta simplesmente olharmos para números, mas sim para as diferenças e assimetrias entre os princípios de feminino e masculino quando estes são considerados dentro de práticas, qualidades e símbolos (Cockburn, 2004, p.29). Esta pesquisa tem como intenção olhar para o gênero através exatamente deste entendimento. Este é uma relação construída através dos fenômenos históricos. A consideração de que o gênero interfere nos diversos aspectos da vida dos indivíduos é fundamental para se analisar a profundidade com que as estruturas influenciam as vivências.

Cockburn (2004, p.33) reconhece que a pureza feminina é uma ética perigosa colocada sobre a mulher. Em locais em que o patriarcado se apresenta de maneira mais forte, a honra masculina depende da pureza

feminina. Tal dependência é tamanha que quando uma mulher tenta se distanciar de tal código ético ou quando não se encaixa neste, a mesma pode ser condenada a punições extremas, até mesmo a morte (Cockburn, 2004, p.33). Penso que um destes casos se apresenta durante o período da caça às bruxas e tal ideologia continua a ser reproduzida nos tempos e espaços. Durante a Idade Média, pretendia-se estabelecer um padrão de comportamento para a população em geral que tinha como objetivo principal diferenciar as características femininas e masculinas que definiriam o trabalho ocupado por cada um. Porém, para que tais modelos sejam seguidos, era preciso simultaneamente a proibição e criminalização das práticas que passam a ser consideradas como abjetas e perigosas. Dessa maneira, as mulheres e homens que se distanciavam do modelo ideal de feminilidade e masculinidade, respectivamente, eram condenados à punição e morte.

Além disto, tal morte que é referenciada pode ser uma morte física, em que a vida é de fato retirada do corpo, ou esta pode se referir a uma morte social, em que a mulher é segregada, estigmatizada e submetida a práticas de controle dentro do corpo social por causa de seu comportamento. A partir deste mesmo código de conduta é que surge a ideia presente em muitos espaços sociais e apresentada por Crenshaw (1991, p.1266 e 1281) de que casos de estupro seriam justificados por um comportamento prévio das mulheres ou simplesmente pelo fato de serem mulheres. Este último é ainda mais frequente quando se trata da violação do corpo de mulheres negras. Por não seguirem os códigos de condutas estabelecidos, essas mulheres são entendidas como desmerecedoras de direitos e segurança. É entendido que, ao não se enquadrarem nos padrões esperados, as mulheres estariam se colocando em uma posição de insegurança, em que não poderia ser protegida. A mulher negra é vista como inerentemente fora dos padrões, portanto, aquele corpo é entendido como violável por natureza. Essas justificativas são utilizadas para retirar a culpa e responsabilidade dos agressores, que muitas vezes estão protegidos pelas instituições sociais, e culpabilizar a própria vítima pela agressão sofrida.

Dentro do movimento de proteção das mulheres frente à violência, Crenshaw (1991, p.1967) ressalta a prioridade que é dada à prevenção e punição dos casos perpetrados contra mulheres brancas. Para tal, a autora cita um caso de estupro que ocorreu no *Central Park* em Nova York. Neste, um homem negro foi acusado de violentar uma mulher branca. Na mesma semana, a autora conta, outros 20 casos de estupro, ou tentativas de, foram relatados em Nova York com gravidade similar ao caso que ganhou espaço na mídia local; no entanto, estes não receberam qualquer atenção do público geral (Crenshaw, 1991, p.1268). Os casos que não foram noticiados tinham em comum o fato de que suas vítimas eram mulheres não brancas. A hierarquização na vitimização destes corpos é explicitada também pelos tempos médios de condenação dos perpetradores de violência. Em um estudo realizado em Dallas, é observado que o tempo médio de prisão de homens condenados por estuprar uma mulher negra é de dois anos, enquanto aquele que estupra uma mulher latina recebe punição de cinco anos e, se a violência ocorrer contra uma mulher branca (anglo-saxã), a punição aumenta para dez anos (Crenshaw, 1991, p.1269). As mulheres negras são desvalorizadas e marginalizadas, assim como as violências perpetradas contra elas. São utilizadas também, no julgamento de casos de estupro, referências ao passado sexual das vítimas. As mulheres negras, por terem historicamente seus corpos sexualizados, sofrem ainda mais com esta prática que por si só objetifica o corpo das mulheres (Crenshaw, 1991, p.1271). “Thus Black women are essentially prepackaged as bad women within cultural narratives about good women who can be raped and bad women who cannot.” (*Ibid*). A narrativa de mulheres negras é descreditada pela concepção de esta é essencialmente um ser sexual. Tal narrativa torna o estupro da mulher negra mais banal e inevitável do que o da mulher branca, além de retirar qualquer noção de culpa do homem que cometeu tamanha violência.

Quando o estupro é tratado dentro da comunidade negra, Crenshaw (1991, p.1275) entende que o assunto colocado em discussão é o tratamento dado ao homem negro que comete tal violência. “LaFree's analysis focuses

on the harsh regulation of access by Black men to white women, but is silent about the relative subordination of Black women to white women.” (Crenshaw, 1991, p.1276-7). As mulheres negras, na análise de LaFree, se tornam o objeto que permite a percepção da discriminação contra os homens negros, mas não são vistas como vítimas da discriminação, de fato. Não se chama atenção para o fato de que os homens brancos teriam livre acesso a seus corpos, ou que a sanção imposta aos mesmos é baixíssima. A proteção diferente sobre as mulheres não é vista como um aspecto do racismo. A discussão deve girar em torno do fato de que as violências contra as mulheres são experimentadas de maneira diferentes, por mais que seja de interesse de todas acabar com a violência de gênero e com os estereótipos dicotômicos (Crenshaw, 1991, p.1277). As mulheres negras, no entanto, não são julgadas por suas atitudes, mas por aquilo que se entende que elas são.

Cockburn (2004, p.43) aponta que o gênero está ligado à violência de diferentes maneiras, desde o pessoal até o internacional, através de práticas como o estupro, o confinamento, assassinatos por honra e mutilação genital, comuns em tempos de paz, e o estupro militar, sequestro, prostituição e tortura sexualizada que acontecem em momentos de guerra. Na realidade, não há uma grande diferença entre os tempos antes da guerra, durante a guerra e pós-guerra em relação à violência imposta sobre as mulheres. Esta é presente em todos estes momentos. Conforme aponta a autora, “gender is manifest in the violence that flows through all of them and in the peace processes that may be present at all moments too.” (Cockburn, 2004, p.43). Isto é o que Cockburn chama de *continuum* de violência. Este perpassa os âmbitos social, econômico e político, sendo o gênero pertencente a todas essas formas de relações (*Ibid*). O poder adquirido com relações de gênero é uma característica comum entre as corporações multinacionais, instituições financeiras internacionais e a família (*Ibid*). O desequilíbrio de poder gerado por estas relações constitui uma cultura de masculinidades propensas a violência. Tal *continuum* é o que sustenta a manutenção do poder no masculino dentro das relações de gênero, como explicado anteriormente;

tornando o espaço público cada vez mais marcado pela presença masculina, assim como o doméstico cada vez mais marcado pela opressão feminina.

Contudo, esse *continuum* se apresenta e impacta de forma diferenciada os diferentes grupos de mulheres. As mulheres não podem ser vistas e estudadas como um único grupo. As relações de gênero perpassam por outras dimensões estruturantes das relações sociais. Entre as mais estudadas estão as relações de classe e as relações raciais. Crenshaw (1991) chama atenção para o problema que não olhar para as diferenças entre as mulheres de diferentes grupos sociais pode gerar dentro na análise de contextos de violência contra as mulheres. A violência é moldada de forma distinta sobre cada mulher dependendo da raça e classe a que estas pertencem, além de outros aspectos de sua identidade (Crenshaw, 1991, p.1242). A experiência de mulheres dominadas por fatores de raça, gênero e classe simultaneamente não deve ser observada como igual à realidade de uma mulher que não possui identidade definida por outros fatores. A violência imposta sobre essas mulheres será distinta e, portanto, não deve ser combatida com as mesmas estratégias que são utilizadas para combater as violências que sofrem as mulheres que não compartilham da mesma classe e/ou origem racial. Tal estratégia combaterá o problema de maneira limitada, já que outros obstáculos são enfrentados em sua experiência. Mulheres não brancas, por exemplo, participam de mundos diferentes tanto em seu âmbito econômico, social e político daquele experienciado pela mulher branca.

Assim sendo, Crenshaw (1991, p.1251-1252) apresenta o conceito de interseccionalidade. Este ressalta a convergência de dois ou mais grupos subordinados na vida de um indivíduo. A autora utiliza como exemplo a experiência de mulheres negras. Estas não se sentem devidamente contempladas pelas demandas apresentadas tanto pelo movimento feminista, como aquelas apresentadas pelo movimento negro. Isto porque o primeiro é construído a partir da vivência de mulheres brancas e o segundo faz o mesmo, porém com base nas experiências de homens negros (Crenshaw, 1991, p.1252). Os dois movimentos sociais avançam um discurso de emancipação,

porém acabam perpetrando violências interiormente. As mulheres negras não têm sua voz e demandas ouvidas e nenhum dos grupos. Assim, são mantidas no fundo das estruturas hierárquicas de poder e se afastando da verdadeira emancipação das violências e repressões.

“The failure of feminism to interrogate race means that the resistance strategies of feminism will often replicate and reinforce the subordination of people of color, and the failure of antiracism to interrogate patriarchy means that antiracism will frequently reproduce the subordination of women.” (Crenshaw, 1991, p.1252).

As mulheres negras, em geral, possuem medo em denunciar as violências perpetradas por seus maridos, pois a mesma polícia que deveria protegê-la é aquela que também hostiliza sua comunidade e parentes (*Ibid*). No contexto brasileiro, isto se torna explícito ao avaliarmos os números de violência contra a mulher depois da instalação da Lei Maria da Penha. A partir de 2006, houve uma diminuição no número de vítimas que eram mulheres brancas em 2,1% e aumento das vítimas negras em 35% (Silveira & Sito, 2018). O Atlas da Violência de 2017 revelou que os assassinatos de mulheres negras por razão de gênero aumentaram em 22%, enquanto o de mulheres brancas diminuiu em 7,4% (UNESCO, 2017, p.40). Segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência de 2017, o risco de jovens negras serem assassinadas é cerca de 2 vezes maior do que o mesmo acontecer com jovens brancas (UNESCO, 2017, p.41). Desta maneira, raça e cultura são aspectos fundamentais para se entender como as violências são vividas e experimentadas por diferentes mulheres.

É necessário ainda pensar como a inclusão de tais características identitárias no combate contra violência será realizada. Esta não deve ser feita de forma que objetifique a vivência de determinadas mulheres, pois isto a enfraquece tanto quanto a exclusão de suas experiências do debate (Crenshaw, 1991, p.1261). Frequentemente, os padrões de subordinação e marginalização são reproduzidos por mulheres brancas sobre mulheres negras através de políticas e estratégias que ignoram as necessidades específicas das mulheres não brancas. Conforme argumenta Crenshaw: “(...) certain choices made by "allies" can reproduce intersectional subordination



within the very resistance strategies designed to respond to the problem.” (Crenshaw, 1991, p.1262). As mulheres brancas mantêm o poder de definir quais demandas serão incorporadas como prioridades durante formulação de políticas. “Thus, the struggle over incorporating these differences is not a petty or superficial conflict about who gets to sit at the head of the table. In the context of violence, it is sometimes a deadly serious matter of who will survive-and who will not.” (Crenshaw, 1991, p.1265).

Algo que o estudo de LaFree, apontado anteriormente, de fato mostra é que a hierarquia entre raça e sexo subordina as mulheres negras a brancas, assim como os homens negros aos brancos. Com base nas concepções de Fanon, pode-se entender que isto ocorre porque brancos e negros ocupam zonas diferentes dentro das realidades em que se inserem. Influenciado pelo pensamento de Foucault, Fanon (2008) insere o racismo em sua análise. Este é visto como um mecanismo estruturante do capitalismo. No momento de encontro do colonizador com o colonizado, o negro é pensado como inferior através da invenção de saberes sobre o mesmo. O Ocidente só conhece a si mesmo por negar a humanidade do colonizado.

Fanon entende que a colonização é tão violenta e profunda que cria um abismo entre dois espaços em seu contexto: a zona do ser e a zona do não ser. Seu distanciamento é tamanho que não se vê possibilidade de convergência entre elas. Além disso, tal divisão não se dá de maneira natural. A zona do não ser é caracterizada como um local de contenção e vigilância sob o olhar colonial. Os habitantes desta não teriam acesso aos mecanismos jurídicos. Seus conflitos são resolvidos através da violência e as intervenções são realizadas diretamente sobre o corpo do indivíduo. Neste local, não há o interesse de esconder que instrumentos de dominação estão sendo utilizados, pelo contrário, há a intensão de tornar clara a subjugação e a inferioridade do colonizado (Grosfoguel, 2016a, p.13).

A zona do não ser se encontra nas margens da realidade, está nas periferias. Já na zona do ser, se encontra a livre circulação dos indivíduos e o acesso aos direitos. Estes se classificam a partir de seus próprios termos,

lhes é reconhecida a humanidade. Nesta, a tarefa policial e do exército, responsáveis também por manterem as fronteiras entre as duas zonas, é suavizada pela atuação de outras instituições. Os conflitos que ocorrem nesta zona são mediados por um sistema de direitos, em que a violência é uma medida de exceção. Na zona do não ser, o poder soberano se faz presente; enquanto na zona do ser prevalece o poder disciplinador e o bio-poder. A normalização da última é realizada de forma indireta e isto só é possível porque a violência continua presente em outros contextos. A separação entre as zonas pode ser entendida como física, econômica, mas é sobretudo de ordem racial. As zonas são governadas por logicas diferentes, porém elas se sustentam graças a hierarquização a qual são submetidas. No fim, o olhar branco é internalizado por todos, nas duas zonas, e este define os padrões a serem seguidos e pelos quais a classificação dos indivíduos é realizada.

“I move slowly in the world, accustomed now to seek no longer for upheaval. I progress by crawling. And already I am being dissected under white eyes, the only real eyes. I am *fixed*. Having adjusted their microtomes, they objectively cut away slices of my reality. (...) I feel, I see in those White faces that it is not a new man who has come in, but a new kind of man, a new genus. Why, it's a Negro!” (Fanon, 2008, p.87). “And so it is not I who make a meaning for myself, but it is the meaning that was already there, pre-existing, waiting for me.” (Fanon, 2008, p.102).

O olhar do colonizador fixa a posição do negro na zona do não ser de tal maneira que quando algum negro tem atitudes diferentes daquelas inventadas e esperadas pelo olhar branco, este é visto como extraordinário. Tal acontecimento não o retira da zona do não ser por ter ultrapassado os limites daquilo que lhe seria natural, mas sim o situa mais uma vez na mesma. A construção da identidade do negro passa pelo processo da afirmação de sua negritude, vista como inferior. O sujeito negro é visto e nomeado, porém é invisibilizado, sem o reconhecimento de sua existência ontológica, sua humanidade. Por isso, os estupros de mulheres negras recebem menor atenção e punições, quando ao menos são considerados. A mulher negra,

diferente da mulher branca, não tem sua humanidade e direitos reconhecidos e, por isso, pode ser abertamente tratada como um objeto, uma propriedade. Da mesma maneira, é vista a violência aplicada sobre os corpos das mulheres escravizadas durante o período colonial. Pelo contrário, esses corpos são entendidos como animalizados de tal maneira que foram feitos para suportar a violência e a dor causada por essa.

Assim, a interseccionalidade é fundamental na análise dos locais ocupados pelos indivíduos dentro da estrutura social. Esta permite considerar as interações de raça e gênero, entre outras intersecções, dentro do contexto de violência contra a mulher. Esta pode ainda servir de ferramenta para pensarmos como o poder age através de certas categorias identitárias e é exercido contra outras.

“This project attempts to unveil the processes of subordination and the various ways those processes are experienced by people who are subordinated and people who are privileged by them. (...) Intersectionality may provide the means for dealing with other marginalizations as well. For example, race can also be a coalition of straight and gay people of color, and thus serve as a basis for critique of churches and other cultural institutions that reproduce heterosexism.” (Crenshaw, 1991, p.1297).

Em vista das ideias apresentadas pelos diversos autores citados, esta pesquisa pretende contribuir para o debate de gênero presente nas Relações Internacionais, através de uma metodologia interseccional. O olhar voltado para os momentos históricos de formação das estruturas sexistas e racistas que condicionam a realidade de diferentes sujeitos em nossa sociedade tem como objetivo trazer à luz da discussão internacional sujeitos específicos que de alguma maneira são mantidos nas margens para manutenção dos poderes.

### **3. A Criminalização da Bruxaria**

“A conquista americana não aconteceu num vácuo cultural histórico, mas ela deve muito ao passado cultural e social dos próprios colonizadores ibéricos. E, por serem construtos sócio-políticos, os estereótipos e as relações de gênero não podem ser dissociados do ambiente sócio-político e conceitual mais amplo em que se desenvolveram.” (Stolcke, 2006, p.18)

Este capítulo tem como objetivo apresentar e pensar sobre o contexto cultural e histórico em que foram instalados a caça às bruxas. Para tal, será apresentada inicialmente a realidade política e social da Europa durante os séculos XIV e XVII. Isto envolve a construção do processo de criminalização do corpo feminino no continente europeu e o crescimento de sua força com base em duas instituições principais, a Igreja Católica e o Estado nacional. Em seguida, serão apresentados os efeitos desse método de controle social sobre a realidade das mulheres europeias. Estes definirão o arcabouço teórico, estereótipos e relações de gênero que serão transmitidos e reproduzidos durante a colonização dos territórios ultramarinos conquistados.

#### **3.1. A Caça às Bruxas**

É comum encontramos difundido pela sociedade determinadas imagens que são construídas sobre os corpos de mulheres, como por exemplo sua fragilidade e promiscuidade. Atualmente, tais imagens preconcebidas são questionadas em diversos espaços da sociedade pelas mulheres que os ocupam, no entanto estas foram construídas e reproduzidas durante anos e séculos. Sua longevidade pelos tempos pode ser observada com o estudo sobre as práticas utilizadas no período medieval para o controle do comportamento e dos corpos das mulheres que viviam na Europa, além da produção de certos preconceitos sobre uma suposta natureza da “mulher” nas mentes da população que ali habitava. O processo de controle e construção de estereótipos ocorre através da perseguição sistemática de mulheres que não se encaixavam no modelo imposto e buscado pela Igreja e pelo Estado, formadores intelectuais da elite política do século XIV.

A caça às bruxas foi um movimento iniciado no século XIV, que alcançou seu auge e declínio no século XVII, com o objetivo de punir aqueles que agiam em desacordo com as práticas religiosas da época. A maioria dos acusados faziam parte da população empobrecida local, eram camponeses, trabalhadores urbanos e rurais (Federici, 2017, p.66). A princípio, a maior parte das condenações giravam em torno dos crimes de heresia. A Inquisição se inicia com a expansão da caçada contra seitas hereges durante os séculos XII e XIII. Tal perseguição ganha força com a instalação de uma espécie de cruzada contra os hereges durante o século XIII, até que entre 1231 e 1233, o Papa Gregório IX institui um tribunal específico para a condenação por heresia (Federici, 2017, p. 69). Este deu origem ao Tribunal da Inquisição (*Ibid*). É importante apontar que não somente os atos de heresia de fato eram condenados nesse contexto. Toda forma de insubordinação social e política era agrupada sobre esta mesma acusação (Federici, 2017, p.73). Os condenados poderiam ser submetidos desde a prisão temporária até diversos tipos de prática de tortura, como a imersão em água fervente ou a mutilação de partes do corpo, e até à morte direta - mais comumente na fogueira quando pessoas eram queimadas até a morte em praça pública.

Com a devastação demográfica causada pela Peste Negra dentro do território europeu, as práticas de controle de funções reprodutivas, como o uso feminino de contraceptivos – ervas transformadas em poções – e a utilização de métodos abortivos – supositórios vaginais que estimulavam a menstruação – passam a ser condenadas e controladas (Federici, 2017, p.84-85 e 181). As autoridades da época entendiam que o controle sobre a reprodução seria uma ameaça à estabilidade econômica e social do continente (Federici, 2017, p.85). A partir de então, os aspectos sexuais que envolvem a heresia se tornam mais relevante durante as condenações. Com a aproximação do século XIV, rituais orgiásticos, o culto a animais, voos noturnos e sacrifícios de crianças são incluídos na lista de práticas hereges (*Ibid*). Ou seja, a heresia se aproximava cada vez mais das acusações de

bruxaria e a imagem do herege passa a se tornar uma mulher (Federici, 2017, p.86).

O funcionamento do Tribunal da Inquisição pode ser observado através do caso de Chiara Signorini, narrado por Carlo Ginzburg (1986). Esta camponesa foi acusada de bruxaria por seus patrões durante o século XV; sua acusação é ainda reforçada pelo depoimento de seus patrões anteriores. Chiara e seu marido eram acusados por seus patrões de praticarem sortilégios e encantamentos para se vingar daqueles que os despediam. Chiara teria por exemplo lançado um feitiço, que teria aprendido com uma mulher mais velha que a deixou como herdeira de seus saberes, sobre a irmã de um de seus patrões. A mulher estaria sofrendo deste malefício durante cinco anos (Ginzburg, 1986, p.16). Por essas acusações, Chiara é interrogada diversas vezes, inclusive sob tortura. Durante as primeiras tentativas, a condenada nega ter cometido os crimes dos quais é acusada. No entanto, ao longo do processo, perguntas ambíguas são feitas a acusadas com o objetivo de confundir suas respostas e quando submetida a práticas de tortura, a mesma confirma manter pactos com o diabo e receber a ajuda deste (Ginzburg, 1986, p.27-28). O inquisidor realmente acredita na possibilidade de serem feitas magias e encantamentos no encontro com o diabo, suas posições são a todo momento procuradas dentro dos depoimentos da acusada e se faz de tudo para tal (Ginzburg, 1986, p.30-31).

Ou seja, a Inquisição utiliza, majoritariamente, como base as alegações de uma elite social que busca causas para os malogros que acontecem em suas vidas e encontram nas classes mais baixas e revoltadas aqueles a serem culpados. Os saberes ligados à natureza e as práticas entendidas como hereges se tornam, então, o meio pelo qual o “mal” está se perpetrando. Com a virada da figura do herege para a bruxa, durante o século XIV, a mulher se torna uma figura central dentro das dinâmicas de controle social. Através da construção da figura da mulher como perpetradora do mal por meio de sua relação de subserviência ao diabo,

No princípio da Inquisição, homens e mulheres eram julgados por adoração a demônios no Tribunal da Inquisição. Os homens chegaram a representar 40% dos acusados em um determinado momento (Federici, 2017, p. 323). Porém, entre os séculos XVI e XVII, mais de 80% dos julgados e mortos pelo Tribunal da Inquisição eram mulheres (*Ibid*). Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV com a justificativa de que esta seria uma prática realizada por seitas heréticas e completamente feminina (Federici, 2017, p. 104). Há uma continuidade entre as condenações heréticas e a bruxaria, pois as duas expressam formas de controle contra possíveis subversões sociais. As acusações sobre as duas categorias compartilhavam práticas como a sodomia, o infanticídio e a adoração aos animais (Federici, 2017, p.321).

Os crimes da heresia e da bruxaria, ambos condenados por tal Tribunal, se diferenciam dos demais em termos de gênero, já que o último passa a ser visto como um crime essencialmente feminino. O fato de apenas as mulheres serem bruxas era enfatizado por demonólogos que agradeciam “por Deus ter livrado os homens de tamanho flagelo” e por livros intensamente lido e reproduzidos pelas cortes seculares, durante o período de prevalência da Caça às Bruxas como o “*Malleus Maleficarum*” escrito pelos inquisidores alemães, Heinrich Kramer e James Sprenger. Assim como, as práticas contraceptivas utilizadas por elas eram demonizadas. “*Malleus Maleficarum*” estabelece que provocar um aborto seria um dos sete métodos de infectar o útero com bruxaria.

A explicação utilizada na época para a condenação das mulheres era pautada na ideia do “pecado original”. As mulheres não possuiriam força moral e intelectual para resistir às tentações do diabo, logo elas estariam mais suscetíveis a caírem na sedução deste. Entendia-se que as mulheres seriam alvos mais fáceis do demônio por possuírem luxúria insaciável e debilidades morais e mentais. Por seu suposto lado mais fraco e sensível, as mulheres se tornavam escravas de um ser masculino – o diabo. No entanto, mesmo em sua fragilidade, as mulheres deveriam ser temidas pelos homens, já que estas

seriam destruidoras do sexo masculino e possuiriam o poder de castrá-los. Homens que eram expropriados, empobrecidos e criminalizados passam a entender que a bruxa, e virtualmente todas as mulheres, deve ser punida por sua degradação.

Este movimento demonstra também o processo de construção das noções de masculinidades. A culpa pelas frustrações masculinas é colocada sobre as mulheres e sua magia. O homem é desresponsabilizado de seus fracassos e erros. As mulheres eram frequentemente acusadas por lançarem “mau-olhado” sobre aqueles que se recusavam a lhes dar esmolas ou aos donos de propriedades a quem deviam aluguel. Por exemplo, Margaret Harkett foi enforcada em 1585 depois que colheu pera no campo de seu vizinho sem pedir autorização e quando este pediu que devolvesse as frutas, a mulher as atirou no chão e ali desde então não nasceu nenhuma pera; entre outros casos (Federici, 2017, p.310). A caça às bruxas cria nos homens o medo do poder das mulheres e assim estes passam a entender a necessidade de destruir diversas práticas, crenças e sujeitos sociais, gerando o aprofundamento da divisão social entre mulheres e homens.

É possível perceber ainda que nem todas as mulheres se tornavam alvos de tais acusações. Normalmente, as mulheres condenadas eram prostitutas, lésbicas ou mulheres que se envolviam com homens de classes sociais superiores às suas; ou seja, mulheres que demonstravam sua sexualidade de maneira diferente do que era prescrito pela norma religiosa. Outro grupo social de mulheres condenadas pela Inquisição eram mulheres mais velhas, consideradas curandeiras em sua região, mulheres que possuíam conhecimento e que com ele conquistavam poder social<sup>2</sup>, transmitindo o às suas gerações seguintes (Federici, 2017). Entendo que há um interesse maior em impactar, atacar e controlar a população feminina mais pobre da época,

---

<sup>2</sup> Poder social diz respeito ao poder que algumas mulheres possuíam pelas posições que ocupavam na sociedade, por exemplo, curandeiras, mulheres que eram conhecidas por seu poder de cura. Essas mulheres tinham certo prestígio social dentro de suas comunidades, eram referências nas áreas em que trabalhavam.



principalmente a partir do fato de que a maioria das punições levava tais mulheres à morte.

Através de acusações como aliança com o demônio, adoração ao mesmo e venda de seu corpo, mulheres eram levadas a julgamento nos tribunais da Inquisição. As denúncias eram realizadas de forma anônima, mas pelos depoimentos dados nos tribunais de acusação sabe-se que na maioria das vezes eram feitas por seus senhores de terra e membros da comunidade mais abastados e prestigiados. Somente com a propagação do medo das bruxas entre a população é que as acusações passam a partir dos vizinhos. Algumas vezes, as acusações não eram sequer necessárias, pois as bruxas mais experientes possuíam grande fama em seu vilarejo.

A maior parte das mulheres vítimas da caça às bruxas eram mulheres europeias camponesas (*cottars*, trabalhavam nas lavouras), ou seja, a perseguição estava voltada às classes mais pobres da população. Na Inglaterra, era frequente a acusação de mulheres velhas que se sustentavam através da assistência pública ou mulheres que mendigavam de porta em porta, buscando por restos de comida. Além disso, a maioria dessas eram viúvas, viviam sozinhas ou em casas com outras mulheres na mesma situação. Um outro grupo de mulheres perseguidas eram aquelas consideradas libertinas e promíscuas. Estas poderiam ser mulheres adúlteras ou prostitutas, aquelas que praticavam sua sexualidade fora do casamento e sem o objetivo de procriar ou mulheres rebeldes que respondiam, discutiam e insultavam os outros. No livro *Malleus Maleficarum* (Parte I, Questão VI) se afirma que as feiticeiras seriam mulheres “orgásticas e ambiciosas”, ou seja, aquelas que questionavam ou não se submetiam à normatização de suas sexualidades e procuravam impor-se no domínio público, exclusivo dos homens.

A perseguição às viúvas e mulheres que viviam sozinhas demonstra a centralidade que o casamento heterossexual assume dentro desta sociedade. É preciso que haja um homem dentro do ambiente familiar que direcione as ações das mulheres mesmo que a mesma assuma as funções domésticas. A

mulher deve estar no ambiente doméstica, porém subordinada a um homem. Enquanto, o controle das mulheres tidas como libertinas se faz necessário pela visão de que estas possuíam um lado animalesco mais afluído. A prática sexual que visava apenas o “prazer carnal”, sem o objetivo de procriar passa a ser veemente condenada pela religião depois que a Peste Negra varre grande parte da população. Para que a reprodução seja realizada é imprescindível que a mulher esteja inserida no matrimônio religioso. A criminalização da imagem dessas mulheres se torna imprescindível para retenção feminina no âmbito doméstico através da imposição da castidade e do casamento heterossexual no qual a mulher se torna subordinada a seu marido.

A representação das mulheres no período da caça às bruxas se dá de maneira contraditória. As mulheres eram divididas dentro de dois grandes estereótipos: Maria e Eva. Maria, mãe de Jesus, é vista como uma exceção entre as mulheres. Esta, no discurso da época, era frequentemente contraposta frente à imagem de Eva. Maria era vista como santa, mãe, zelosa e obediente, enquanto Eva era colocada na posição de pecadora, perigosa e forte. Eva era aquela que deixava a herança do castigo, da sexualidade incontrolável, aquela que foi criada de uma “costela curva, isto é, a costela do peito, que se encontra encurvada, por assim dizer, em direção contrária à do homem.” (*Malleus Maleficarum*, parte I, questão VI). O texto do livro “*Malleus Maleficarum*” explicita esta contradição diversas vezes. Por exemplo, é apresentada a concepção de que a maldade é inerente às mulheres, ao mesmo tempo em que a figura de determinadas mulheres é vista como santa e esta é exaltada. Um dos trechos entende que a “malignidade” feminina seria maior do que qualquer outra, junto é feita a reprodução de um dos escritos de São Mateus em que a mulher é descrita como “um mal necessário”, “uma calamidade desejável” e “um perigo doméstico” e evitar o adultério seria uma tortura necessária (*Malleus Maleficarum*, parte I, questão VI). Outros escritores citados são Cícero ao entender que “(...) o único apetite das mulheres as conduz a todos os pecados (...)” e Sêneca que entende que quando uma

mulher pensa sozinha, esta pensa o mal (*Ibid*). Um dos motivos apresentados para o fato de que as mulheres eram frequentemente mais atraídas pelos demônios seria o fato de essas serem mais crentes e, por isso, os mesmos teriam maior interesse em corrompê-las. Esta seria uma característica daqueles de mente débil, “(...) que como são mais débeis de mente e de corpo, não é de se estranhar que caiam em maior medida sob o feitiço da bruxaria.” (*Ibid*). Tal debilidade traria também às mulheres um vício natural em serem indisciplinadas e as levaria a serem guiadas pela infidelidade, ambição e luxúria. Estes vícios e o “apetite carnal” insaciável das mulheres seriam as condições que as atrairiam a utilizar a bruxaria, principalmente a seu favor e contra aqueles considerados seus inimigos (*Ibid*). Entre estas, porém, existiriam mulheres que se enquadrariam na categoria de exceção, assim como a Virgem Maria. Maria representa a mulher fiel a seu marido e a seu Senhor independente do que lhe é imposto. É exaltada, por exemplo, a figura da mulher que perdoa seu marido infiel e não se abstém de suas supostas obrigações com o casamento por esse motivo. Além disso, o marido se torna bendito por possuir uma mulher tão virtuosa. Em Maria, a mulher enquanto ser diabólico é transformada em uma fonte do bem (FOLLADOR, 2009, p.6).

O autor Terêncio compara as mulheres às crianças intelectualmente, ou seja, precisam da tutela de homens adultos sobre seu comportamento. Até mesmo a palavra feminina derivaria do fato de que as mulheres seriam mais fracas de espírito, já que “Femina provem de Fé e Menos, considerando que é muito débil para manter e conservar a fé.” (*Malleus Maleficarum*, parte I, questão VI). Tal afirmação se confirma com os estudos de santo Isidoro de Sevilha. Este grande estudioso da linguística na Idade Média define ainda que a palavra mulher tem como origem no latim a palavra *mollis* que significa mole. Isto porque as mulheres possuiriam um “coração mole” (Bizzocchi, 2016). Dessa maneira, os “crimes” das bruxas são descritos como atos passionais, motivados pela raiva, inveja ou por vingança; por exemplo, é frequentemente citado que as bruxas teriam amaldiçoado homens que as teriam traído, os impossibilitando de se deitarem com outras mulheres.

Porém, os “crimes” considerados mais graves são aqueles que envolvem o parto de crianças. As bruxas parteiras são consideradas como aquelas que geram os maiores danos tanto ao sequestrar as crianças para supostamente entregar a vida das mesmas ao demônio, como ao provocar abortos ou matá-las no mesmo momento em que nascem (*Malleus Maleficarum*, parte I, questão XI).

Em *Malleus Maleficarum*, é dito ainda que os pecados cometidos pelas bruxas são maiores ainda que aqueles cometidos pelos demônios no momento em que são expulsos do céu. Isso porque as bruxas estariam agindo contrárias ao “estado de graça” que teriam recebido no momento de seus batismos, porque já conheceriam a Deus. Portanto, seus pecados envolveriam a culpa ao escolherem se retirar de tal estado. Assim, seu pecado só poderia ser resgato com a tortura e a morte. Além disso,

“(...) as bruxas seguem pecando, mesmo depois da frequência de castigos infligidos a muitas outras bruxas, e mesmo com os castigos, que como ensina a igreja foram infligidos por causa do demônio e sua queda; ainda assim burlam tudo isso, e se apressam em cometer, não só pecados menos mortais, - como os outros pecadores que pecam por doença ou maldade, mas não por malícia habitual - mas os delitos mais horríveis, pela profunda malícia em seus corações. ” (*Malleus Maleficarum*, parte I, questão XVII).

As penalidades impostas aumentavam ainda mais se as acusadas não chorassem quando colocadas sob tortura. O simples ato de não chorar em situações de extrema dor e stress fazia com que a mulher se tornasse ainda mais perigosa. Dessa maneira, a mulher ia contra o estereótipo que se pretendia implementar de que as mulheres são frágeis e vulneráveis. O ato de não-chorar fazia com que a mulher assume características tidas como masculinas como a força e o controle. Por isso, essas deveriam ser colocadas sob formas extremas de controle e punição para que enfim se encontrasse dentro dos ideais de fragilidade esperados do feminino. Além disso, atitudes consideradas dentro da má reputação eram utilizadas como prova de culpa nos tribunais da Inquisição; prática que persiste ainda nos dias atuais seja em condenações formais ou não. Com a caça às bruxas, as elites visam

normatizar o comportamento de homens e mulheres europeus, tanto na área pública como no domínio do privado.

A perseguição às bruxas passa a ser menos encorajada quando a classe dominante perde o controle sobre as acusações e seus próprios membros passam a ser denunciados (Federici, 2017, p.365). Isto torna ainda mais claro o fato de a caça às bruxas ser utilizada como um aparato de construção de uma nova ordem patriarcal direcionada a uma determinada classe social. A partir do momento em que tal objetivo começa a ser subvertido através das ações individuais, a elite entende que o processo violento deve chegar a um fim. A elite possuía total poder sobre quando e quem deveria ser morto pela perseguição da caça às bruxas. A morte dessas mulheres deveria servir de exemplo para que as mais abastadas não seguissem sua vida com resistência ao controle masculino e estatal. Como afirma Rose Marie Muraro, “assim, os quatro séculos de perseguição às bruxas e aos heréticos nada tinham de histeria coletiva, mas, ao contrário, foram uma perseguição muito bem calculada e planejada pelas classes dominantes, com o objetivo de conquistar maior centralização e poder” (Muraro, 2014, p.185).

### **3.2. As Fogueiras Produzem Mais do que Cinzas**

Federici, com a ajuda dos escritos de Midelfort (1972, p.3 *apud* Federici, 2017, p.290), identifica que a perseguição às mulheres pode ter servido como uma “terapia social”. Ao se desacreditar o comportamento feminino e retratá-lo como fracasso social ou pervertido, efeitos são gerados não apenas sobre a vida das acusadas, mas também sobre o psicológico daquelas que veem suas vizinhas, parentes e amigas sendo queimadas até a morte (Federici, 2017, p. 330). Cria-se um medo generalizado nas mulheres que passam a regular diversas de suas práticas, que poderiam ser interpretadas como perversão demoníaca. Através da morte e da tortura, são construídos os ideais de feminilidade e domesticidade que seriam aceitos dali para frente pela sociedade e pelo Estado. Com o avanço da caça às bruxas, é criado o aparato legislativo que pune qualquer prática fora desses ideais como

leis que castigavam mulheres adúlteras com a morte e que consideravam a prostituição e o nascimento fora do casamento ilegais. Ao mesmo tempo, é enaltecido no imaginário social uma mulher estereotipada “fraca do corpo e da mente e biologicamente inclinada ao mal” que precisava ser controlada pelo homem mais próximo, reforçando o patriarcado (Federici, 2017, p. 335).

Por exemplo, o ataque a mulheres que viviam sozinhas incute a ideia de que mulheres “decentes” devem ser casadas ou estar acompanhadas de um homem – ideia essa que é ainda reproduzida em nossa sociedade. Além disso, é incutido nas mulheres o novo modelo ideal de feminilidade. A mulher deve ser a esposa ideal, aquela que é “passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas” domésticas (Federici, 2017, p.205). Deve ser deixada para trás a mulher selvagem, insubordinada, de mentalidade débil e desejos insaciáveis e surgir a mulher como um ser passivo, assexuado, obediente e moral. Como mostra Federici (2017, p.202), essa transformação é muito bem representada na peça de Shakespeare, “A Megera Domada”.

Até a Baixa Idade Média<sup>3</sup>, porém, muitas das práticas – que passam a ser condenadas no tribunal da Inquisição – eram comumente aceitas e parte das rotinas dos indivíduos. Mulheres ocupavam profissões como ferreiras, açougueiras e comerciantes, que depois passam a ser considerados como trabalhos masculinos apenas. Durante o século XIV, cada vez mais mulheres se tornavam professoras escolares, médicas e cirurgiãs (Federici, 2017, p.64), ou seja, estavam ocupando espaços públicos dos quais seriam logo depois retiradas. Simultaneamente ao ganho de autonomia por parte destas mulheres, as mesmas passam a ter suas atitudes e presença na vida social desaprovadas nos diversos âmbitos da sociedade. Nos sermões dos padres, passa a se chamar atenção para a indisciplina feminina; as ordenações das cidades passam a regular a prostituição, ressaltava-se a condição sua condição de não combatente nos exércitos e sua grande participação nos movimentos populares, principalmente heréticos (Federici, 2017, p.64-65).

---

<sup>3</sup> Nome dado ao período entre os séculos XIII e XV.

Estes recursos de salientar os pontos negativos da presença feminina na vida social apresentam o começo de uma reação misógina frente a autonomia conquistada pelas mulheres nas cidades (Federici, 2017, p.65).

A principal manifestação desta misoginia está no controle da prostituição, que era até então considerada como um mal necessário e gerava altos salários às mulheres (Federici, 2017, p.185). O processo de misógino que tem início no momento narrado anteriormente, faz com que o trabalho feminino se torne cada vez mais desvalorizado. Mesmo dentro de postos que eram tradicionalmente ocupados por mulheres, não mais se tinha lugar para as mesmas. Isto ocorre também pelo crescimento da ideia de que as mulheres não deveriam trabalhar fora de suas casas (Federici, 2017, p.182). Assim, muitas dessas mulheres recorrem a prostituição de seus corpos para garantia de seu sustento básico em substituição ao trabalho assalariado. Simultâneo ao crescimento de mulheres nas ruas oferecendo seus corpos, ganhava força a caça às bruxas que avançava o pensamento misógino. Entre 1530 e 1560, os bordéis urbanos passaram a ser fechados e as mulheres que ali trabalhavam eram punidas com banimentos, flagelação e até mesmo com a “cadeira de imersão”, quando eram presas em jaulas e imersas na água até seu afogamento (Federici, 2017, p.187). Na França, o estupro de prostitutas deixa de ser um crime e em Madri aquelas fossem pegas realizando tal atividade recebiam cem chibatadas e fiavam banidas da cidade por seis anos (*Ibid*). Ou seja, a proibição da prostituição e a retirada das mulheres dos postos de trabalhos está inerentemente ligada à construção da figura da dona de casa e da produção da família como o local de atividade feminina (Federici, 2017, p.188).

No século XVII, quando a perseguição já cumpria seus objetivos e se aproximava de seu fim formal na Europa, as bruxas eram vistas como uma seita infanticida que praticava abortos e conspirava para a destruição da capacidade reprodutiva de humanos e animais. No mesmo momento, começa a ser reproduzido nos livros infantis a imagem da bruxa como “uma velha luxuriosa, hostil à vida nova, que se alimenta de carne infantil e as utiliza

para fazer suas poções mágicas” (Federici, 2017, p.324). Neste processo, muitas parteiras e “mulheres sábias<sup>4</sup>” se tornaram alvo de desconfiança e são acusadas de bruxaria, já que poderiam ajudar outras mulheres a destruir o fruto de seu ventre. Passa a ser exigido que as parteiras demonstrem ser “boas católicas”. As que alcançavam este título são, então, chamadas para vigiar mulheres grávidas, para que práticas abortivas não fossem realizadas; caso não aceitassem, eram marginalizadas e retiradas de suas funções. No mesmo século, as parteiras passam a ser substituídas por homens e a ciência da obstetrícia cresce sob o controle estatal e masculino. Monica Green (1989, p. 453 *apud* Federici, 2017, p.329) afirma que o mesmo acontece em outros campos da ciência em que as mulheres atuavam como médicas, boticárias e barbeiras-cirurgiãs. Federici (2017, p.30) afirma que “a caça às bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua função reprodutiva e serviu para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor”.

Rose Marie Muraro (2014, p.184) explica que os ensinamentos medicinais das mulheres camponesas eram compartilhados entre as mesmas para que pudessem cuidar de sua própria saúde e de suas companheiras. Com esta prática, o conhecimento dessas mulheres sobre seu próprio corpo aumenta e se torna mais difundido. Esta era uma prática que formava organizações e comunidades, locais em que as mulheres participavam de reuniões e revoltas camponesas contra a centralização dos feudos. A rede de saberes entre mulheres ameaçava os poderes estatal e médico, advindo das universidades dentro do sistema feudal; ambos masculinos. Por meio dessas práticas, a rede de compartilhamento de saberes entre as mulheres é destruída e o próprio conhecimento morre com elas nas sessões de tortura e nas fogueiras. A criminalização dos conhecimentos através da intitulação dos mesmos de bruxaria retira sua legitimidade frente o resto da população. Não há mais interesse de outras mulheres em aprenderem sobre ervas medicinais

---

<sup>4</sup> Estas são mulheres que possuíam o conhecimento de ervas medicinais e que proviam serviços de saúde à população de seus vilarejos. Seu conhecimento era também utilizado como forma de controle reprodutivo das mulheres, assim como utilizado na realização de partos.



naturais e caso se interessassem, as mesmas poderiam ser condenadas pela procura deste conhecimento – ou seja, são colocadas em condição de clandestinidade. Os saberes ligados a natureza passam a ser temidos, ao mesmo tempo em que retiram a autonomia da mulher sobre o nascimento de seus filhos (Federici, 2017, p.181) e o poder social gerado por sua participação na vida social.

O número de mulheres mortas nas fogueiras não pode ser preciso, pois muitos julgamentos sequer foram registrados ou não é especificado nos documentos a quantidade de mulheres executadas, além de que muitos dos documentos e registros não foram ainda estudados ou se encontram destruídos. No entanto, Anne L. Barstow (*apud* Federici, 2017, p.293) aproxima as acusações ao número de 200 mil em três séculos de perseguição, sendo 100 mil dessas assassinadas. A autora ressalta, ainda, que mesmo aquelas que não foram mortas tiveram suas vidas destruídas pela suspeita e hostilidade que a sociedade lhes apresentava depois dos julgamentos. Dados mais regionais são apresentados por autores como Midelfort (1972 *apud* Federici, 2017, p.293), que identifica que 3.200 mulheres acusadas de bruxaria foram queimadas no sudoeste da Alemanha entre 1560 e 1670; e Christina Lerner (1981 *apud* Federici, 2017, p.293), que indica que 4.500 mulheres foram executadas na Escócia entre 1590 e 1650. No século XV, ocorrem os primeiros julgamentos de bruxas no sul da França, na Alemanha, na Suíça e na Itália; assim como, as primeiras descrições de sabá – reuniões das bruxas com demônios – e o desenvolvimento da doutrina sobre as bruxas. A partir de então, a bruxaria é “declarada como uma forma de heresia e um crime máximo contra Deus, contra a Natureza e contra o Estado” (Monter, 1976, p. 11-17 *apud* Federici, 2017, p.296).

Tais números devem ser considerados em um contexto europeu que até pouco tempo antes não considerava a bruxaria como algo negativo; as feiticeiras e magas experientes eram frequentemente chamadas para curar seus vizinhos, ajudá-los a encontrar objetos perdidos e criar amuletos e poções para o amor. Somente depois da Baixa Idade Média, com o início da

Inquisição, a bruxaria passa a ser marginalizada pela sociedade. Isto demonstra a rapidez com que tal projeto de criminalização e marginalização das mulheres é realizado. Federici (2017, p.314) entende que isso ocorre, pois, ao recorrer aos poderes mágicos, essas mulheres enfraqueciam o poder do Estado e sua autoridade. A caça às bruxas é possível apenas pela cooperação entre a Igreja e o Estado. A Igreja Católica fornece o arcabouço metafísico e ideológico, enquanto o Estado provém as legislações e executa as punições. A cooperação é ainda maior em locais em que Igreja e Estado se transformam em uma única instituição como na Inglaterra e em Genebra. É interessante notar que nações católicas e protestantes, que estavam em guerra, se juntavam e compartilhavam seus argumentos nos julgamentos em favor da perseguição. Além do apoio social que, com a propaganda e com o tempo, a perseguição às mulheres recebe (Federici, 2017, p. 302-303).

Além disso, a confiança na magia gerava uma maior confiança na população pobre para o gerenciamento de seu próprio modo de vida, sem necessidade do auxílio estatal – que crescia seu aparato institucional concomitantemente com a degradação do sistema feudalista – e até mesmo reforçava a possibilidade dos camponeses se rebelarem contra o Estado em formação. No ápice da caça às bruxas, entre 1580 e 1630, o Estado passa a denunciar as bruxas e a persegui-las. Até então, as bruxas eram vistas como inimigas apenas pela Igreja Católica. Os crimes que antes eram apenas julgados nos tribunais da Inquisição, passam a receber sentenças também nas cortes seculares (Federici, 2017, p. 297). Em *Malleus Maleficarum*, já é prescrito que as bruxas poderiam ser julgadas tanto pelo tribunal da inquisição, os tribunais eclesiásticos, como pelos tribunais civis. Isto porque suas práticas geram males naquele determinado espectro temporal sob jurisdição do Estado e por violarem a fé, simultaneamente.

Na Espanha, a bruxaria passa a ser penalizada, em termos jurídicos, com a morte em 1532. Já na Inglaterra protestante, três Atos do Parlamento (de 1542, 1563 e 1604) legalizaram a perseguição às bruxas e sua condenação com pena de morte mesmo que seus feitiços não tivessem gerado danos a

pessoas ou coisas. Na Escócia, Suíça, França e Países Baixos Espanhóis, a bruxaria se torna um crime capital após 1550 e suas populações são incentivadas a denunciar suas suspeitas (Federici, 2017, p. 297-298). Christina Lerner (*apud* Federici, 2017, p. 298) ao estudar os casos escoceses demonstra que a caça às bruxas requer um grande aparato oficial pela necessidade de doutrinação social. As autoridades expressavam suas preocupações com a bruxaria viajando pelas aldeias, ensinando a população como reconhecer-las e levando consigo uma lista de procuradas, além de ameaçarem aqueles que acolhessem e ajudassem as bruxas. Os ministros da Igreja Presbiteriana escocesa deveriam questionar seus paroquianos sobre suas suspeitas e nas Igrejas eram colocadas urnas para que as acusações pudessem ser feitas em anonimato. Na Itália, há a clara intenção de isolar essas mulheres socialmente com a imposição do uso de cartazes sobre as roupas da acusada para que fossem facilmente identificadas pelos outros cidadãos (Mazzali, 1998, p.112 *apud* Federici, 2017, p.299).

Outras práticas de desvalorização das mulheres e seus corpos passam a ser difundidas na época. No final do século XV, na França, o estupro contra mulheres de classe baixa era praticamente descriminalizado. Nas cidades francesas, o estupro coletivo contra mulheres proletárias se torna comum. Estes ocorriam de forma ruidosa e aberta, posterior a invasão de casas. As mulheres eram arrastadas pelas ruas para que a violência fosse perpetrada de forma pública. Tal prática chega até mesmo a ser consideradas como um “esporte” (Federici, 2017, p.103). Na Veneza do século XIV, “o estupro de mulheres proletárias solteiras raramente tinha como consequência algo além de um puxão de orelhas, até mesmo nos casos frequentes de ataque em grupo” (*Ibid*). Federici (*Ibid*) entende que esta é uma técnica para apaziguar a relação entre os homens proletários e o Estado, uma maneira de lhes satisfazer frente a perda de ganhos econômicos pela qual passavam com o início de implementação do sistema capitalista e de evitar tensões sociais entre as classes. Não é levado em consideração, porém, a realidade das mulheres violentadas. Estas tinham sua reputação destruídas. Em sua

maioria, saíam de suas cidades ou passavam a fazer parte do contexto de prostituição (Federici, 2017, p.104). As últimas estavam fadadas a se tornarem alvos dos julgamentos da Inquisição e da caça às bruxas, nos quais as violências perpetradas pela Igreja e pelo Estado já não eram mais contestadas pela população indiferente frente à violência contra as mulheres.

Federici (2017, p.299) aponta que a caça às bruxas foi a primeira perseguição que utiliza propaganda “multimídia”. A imprensa se certificava em alertar a população contra os malfeitos das bruxas através de panfletos. Estes relatavam também os julgamentos mais famosos e possuíam ilustrações das bruxas. Isto revela o quão institucionalizado se torna o processo de construção do medo e do ódio contra as mulheres condenadas. É necessário que os meios de comunicação e a propaganda penetrem no nível micro da sociedade da época para que então os feitos da caça às bruxas fossem legitimados. Parte do mesmo sistema, os juristas, magistrados e demonólogos - normalmente uma mesma pessoa acumulava essas funções - realizavam a sistematização de argumentos e o aperfeiçoamento da máquina legal estatal para que a condenação ocorresse. Ao final do século XVI, tal aparato legal já possuía um formato burocrático padronizado na realização de julgamentos. Os intelectuais mais prestigiados da época cooperavam além das fronteiras nacionais. A perseguição às bruxas era aprovada por famosos intelectuais como Thomas Hobbes e Jean Bodin. O primeiro não acreditava que a bruxaria existia, mas a aprova como uma forma de controle social; enquanto Bodin participou de vários julgamentos e afirmava que as mulheres deveriam ser queimadas vivas, cauterizadas e seus filhos deveriam também ser queimados. Bodin afirmava ainda que o terror deveria ser disseminado entre algumas (mulheres) através do castigo de muitas; ou seja, as mulheres pobres eram castigadas como forma de educar as mulheres da elite. Através do contato entre os estudiosos, os julgamentos eram formulados com base em um determinado modelo que prescrevia a repetição de mecanismos como depoimentos, interrogatórios e torturas durante o todo o julgamento (*Ibdi*).

Federici (2017, p.333) narra que no procedimento padrão das torturas as mulheres eram despidas e depiladas – pois os demônios se esconderia entre seus cabelos – e em seguida eram furadas por todo o corpo para que fossem achados os sinais com que o diabo marcava suas “criaturas”. Em muitos casos, as mulheres eram também estupradas para a verificação de sua virgindade, o sinal da pureza. Tais procedimentos revelam o quão genderizada eram a perseguição e a tortura colocadas em prática durante a caça às bruxas. O “mal”, as impurezas e os pecados são localizados diretamente no corpo das mulheres. Seu corpo é entendido como, de fato, casa e esconderijo para o diabo. A partir dessa noção, seu corpo é objetificado nos âmbitos materiais e imateriais; quando não está sob o comando dos homens de carne e osso, está sob a direção do ser maléfico masculino. Mais uma vez, a mulher é colocada em uma posição de passividade e submissão em qualquer das duas hipóteses.

Caso não confessassem seus crimes, as mulheres tinham seus membros arrancados, eram colocadas sentadas em cadeiras de ferros que ficavam em cima do fogo aceso e/ou seus ossos eram esmagados. Quando seus corpos eram queimados ou quando morriam enforcadas, seus inquisidores tratavam que isto ocorresse como um evento público para que todos os membros da comunidade extraíssem uma lição de sua condenação. Quando essas mulheres possuíam filhos, especialmente meninas, estes eram açoitados em frente à fogueira enquanto suas mães eram mortas (Federici, 2017, p. 334-335). Para que seja livre das supostas repressões do último, seu corpo é passível de ser tomado e despedido, se torna mais uma vez um objeto de controle dos homens humanos. Em nome de sua pureza, violências são autorizadas sobre o corpo da mulher.

É importante ressaltar que as informações que temos atualmente são retiradas dos documentos dos perseguidores, os mesmos que registravam o processo de acusação e julgamento. As falas das vítimas são todas contadas a partir do ponto de vista dos inquisidores.

No início da perseguição, a bruxaria era um crime coletivo que dependia de uma forma de organização e encontro entre as bruxas, porém com o aumento de condenações e a diminuição do número de mulheres condenáveis, este passa a ser visto como um crime individual no século XVII (Federici, 2017, p. 304, nota de rodapé). Isto demonstra a diminuição do número de praticantes das práticas classificadas como bruxaria, mas também pode-se perceber que são rompidos os laços comunitários entre aqueles que possuem tal conhecimento. Um saber que era transmitido oral em redes de saberes tem sua forma de propagação desestabilizada sem o contato entre seus praticantes e aprendizes. Dessa maneira, foi alcançado igualmente o objetivo de dismantlar a união e resistência feminina. Durante os julgamentos e as sessões de tortura, as mulheres eram levadas a delatarem suas companheiras que eram então entendidas como suas cúmplices. Isto faz com que a confiança entre as mulheres fosse destruída e suas amizades passam a ser vistas com suspeitas. Além disso, as amizades femininas são acusadas de subverterem a aliança entre marido e mulher. Um outro exemplo do dismantlamento da união entre as mulheres é a mudança de significado da palavra *gossip*. Esta, antes da perseguição, significava “amiga” e passa a ter conotação negativa até se transformar em sinônimo de fofoca. (Federici, 2017, p.334-335). Assim, as possibilidades de construção de resistência coletiva e redes de apoio e solidariedade são destruídos pelo próprio funcionamento da caça às bruxas. O entendimento de que as mulheres não pertenciam ao espaço público e seu enclausuramento em suas casas dificultava ainda mais o estabelecimento de laços comunitários, restringindo a vida social das mulheres em seu convívio familiar.

#### **4. Quem é a Bruxa?**

Neste capítulo, pretende-se utilizar os conhecimentos apresentados anteriormente para se chegar ao argumento central desta monografia de que o conhecimento (re)produzido no continente europeu durante o período da caça às bruxas é aplicado no território americano através da colonização do mesmo. A partir da análise da realidade do Brasil colonial, é possível observar a influência do imaginário europeu sobre a construção da hierarquia social neste novo território. Além de ressaltar a inclusão de novos critérios de distinção social com as diferenciações raciais. A racialização dos sujeitos faz com que a imagem da mulher que deveria ser controlada seja transferida para a mulher não branca, principalmente, para escrava negra. Esta é representada por sua extrema animalização, uma mulher sem controle de si mesma, de sua sexualidade. Por isso, práticas violentas e opressoras se tornam o cotidiano da vivência das mulheres negras escravizadas durante o período colonial brasileiro. Tais práticas e suas sequências na construção e hierarquização das dinâmicas de poder serão analisadas nas segunda e terceira seção deste capítulo.

##### **4.1. O Encontro Colonial**

Não foram encontradas análises sobre contexto anterior à colonização portuguesa no atual território brasileiro, no entanto, acredito que o encontro dos povos que viviam em território brasileiro com seus colonizadores tenha acontecido de maneira semelhante à colonização espanhola, por meio da imposição da cultura e das noções portuguesas sobre estes povos. Isto pode ser observado com as diversas heranças das culturas portuguesa e europeia em nosso território. Graças à mentalidade sexista que vinha sendo encucada com a caça às bruxas, as mulheres que ocupavam posições de poder foram retiradas de suas posições e forçadas a servir aos homens de suas comunidades e aos conquistadores, que seriam superiores ao seu povo. Durante todo o período colonial, a mulher é vista como alguém que deveria servir ao homem branco, independente de sua raça.

Nas colônias, são implementados sistemas produtivos em que a minoria de colonizadores controla a produção e o trabalho de um enorme contingente de escravos. O Brasil possuía uma mão de obra formada pelo maior contingente de escravos africanos já transportados para as Américas (Stolcke, 2006, p.17). Ou seja, uma minoria impõe seu modo de vida, seu entendimento de civilização, suas instituições e cosmologia. A colonização dos povos indígenas nas Américas se deu de forma extremamente violenta com a apropriação de terras, submetimento a trabalhos forçados, uso de força militar, disseminação de doenças e fome. No caso das mulheres, isto se somava a abusos sexuais perpetrados por oficiais da coroa, colonos e missionários. Isto gera deslocamento em massa destes povos, e declínio da população indígena (Stolcke, 2006, p.18-9). Tal declínio, torna necessária a incorporação de uma nova fonte de mão de obra escrava. No Brasil, a absorção de escravos africanos começa a ocorrer no final do século XVI. Simultaneamente, se inicia a exploração sexual das escravas, somada a exploração de seus corpos através do trabalho. Tanto homens como mulheres negros trabalhavam nos moinhos de cana de açúcar e nos campos. As últimas tinham seu trabalho utilizado ainda nos serviços domésticos dentro da casa-grande. No campo, eram vítimas sexuais daqueles responsáveis por vigiar seu trabalho e na casa-grande eram vítimas de seus “senhores”. (Stolcke, 2006, p. 19-20).

O avanço da colonização permite que, além da exploração dos recursos do território, o mesmo seja ocupado pela comunidade europeia através de um movimento migratório. Quando as famílias europeias se transferiam para as terras de suas colônias, traziam consigo não só seus bens materiais, mas também sua forma de organização centrada na família e a visão de que a mulher deveria ser responsável pelo cuidado e pela honra no âmbito familiar e privado. A mulher europeia quando chega ao território colonial se transforma conceitualmente na mulher superior, o modelo ideal a ser seguido pelas mulheres de outras etnias, se torna a imagem de Maria. Esta mulher já havia sido disciplinada pelo imaginário europeu de controle de



corpos e sexualidades, já entendia que seu dever dentro da organização familiar era de servir a seus maridos e cuidar de sua casa e seus filhos, evitando os espaços públicos e totalmente externa as posições de poder público. Deveriam ser, agora, as mulheres indígenas e negras disciplinadas para que servissem não só ao conquistador supostamente superior, mas que também respeitassem as novas nuances das hierarquias raciais e de gênero que eram impostas sobre suas comunidades. No contexto da colonização de novos territórios, o código moral religioso é reforçado através da união com a ideia de limpeza de sangue e o ideal de manutenção da suposta pureza do sangue europeu. Esta última seria garantida através da virgindade e castidade femininas e traria às famílias europeias que residiam nas Américas ainda mais prestígio dentro de seu contexto social. Ou seja, tal política possui efeitos políticos, morais e simbólicos sobre as identidades (re)produzidas naquele momento e reforça, por outros meios, o controle sobre a sexualidade da mulher.

Rose Marie Muraro (2014, p.185) entende que a caça às bruxas tinha como objetivo controlar a população camponesa através de regras de comportamento para que esta não se rebelasse frente aos excessos cometidos por seus senhores, à fome, às doenças e à guerra. O corpo e a sexualidade eram essenciais para o controle por representarem os locais onde deveria ocupar o corpo dócil do trabalhador, que se tornaria o que entendemos como proletariado. O controle através da violência direta aos poucos se transforma no controle de si mesmo, ao qual homens e mulheres passam a ser submetidos através da absorção das normas pelos indivíduos. A mulher é colocada como central nesse processo, pois esta deveria se tornar responsável pela reprodução e cuidado daqueles que se tornariam o corpo do proletariado.

Ao mesmo tempo, em que tal mentalidade estava sendo fortemente difundida pela Europa, eram realizadas incursões pelos oceanos com o objetivo de descobrir o “Novo Mundo”. Em 1500, os exploradores portugueses chegam as terras que futuramente seriam conhecidas como Brasil. No encontro com as populações que aqui já habitavam, as normas de

comportamento que vigoravam em território europeu passam a ser utilizadas como o padrão de conduta que deveria ser seguido por todos aqueles que eram agora colocados sob jurisdição portuguesa. Tais exploradores e aqueles que chegam pouco tempo depois com suas famílias, entram ao novo território com a mentalidade reproduzida na Europa. Reiterando, assim, na colônia as noções racistas e sexistas que moldavam a sociedade europeia.

Federici (2017, p. 380) aponta nuances da semelhança entre os processos de Inquisição e a conquista das Américas. As populações envolvidas nos dois processos são acusadas de adoração ao diabo e este é um ponto central para o processo de sua desumanização. Logo após, estes têm suas terras retiradas a força a partir do novo conceito de propriedade que estava sendo instalado. Além do imediato processo de empobrecimento ao qual são submetidos e o desprezo a suas subjetividades através da “cristianização” e da destruição das relações comunais. Há influência recíproca entre as formas repressivas utilizadas nos dois processos. Aquelas desenvolvidas inicialmente no Velho Mundo são trazidas ao Novo e, em seguida, reaplicadas no continente Europeu (Federici, 2017, p. 380).

Federici aponta ainda que

“no Novo Mundo, a caça às bruxas constituiu-se em *uma estratégia deliberada, utilizada pelas autoridades com o objetivo de propagar terror*, destruir resistências coletivas, silenciar comunidades inteiras e instigar o conflito entre seus membros. *Também foi uma estratégia de cercamento*” (Federici, 2017, p.381-382, grifo do autor).

Tal cercamento tem o objetivo de controlar as terras, os corpos e as relações sociais envolvidas nesse contexto. Uma forma de desumanização que justificasse as violências, explícitas ou não, perpetradas contra determinados estratos da população. “‘O chicote, a força, o tronco, a prisão, a tortura, o estupro e ocasionalmente o assassinato se converteram em armas comuns para reforçar a disciplina do trabalho’ no Novo Mundo” (Cockroft, 1990, p.19 *apud* Federici, 2017, p.384).

A partir de 1550, são divulgadas na Europa ilustrações de banquetes canibais, realizados por indígenas, em que cabeças e membros humanos eram oferecidos como refeição. Estes supostamente aconteciam no território

americano e se tornaram a principal representação do Novo Mundo. Eram feitas referências a sua semelhança com os sabás das bruxas. No entanto, o consumo de sangue humano era comum na Europa por se acreditar que tal prática seria a cura para epilepsia e outras doenças. Práticas até então normais passam a ser transformadas em animalescas e repulsivas para que entrasse em curso um processo de desumanização do outro (Federici, 2017, p. 388-389). O mesmo processo que ocorre na caça às bruxas europeia em relação à criminalização da prostituição e do aborto e com a retirada das mulheres do espaço público.

Karem Spalding (*apud* Federici, 2017, p.396-397) descreve uma investigação realizada em 1660 na província de Huarochirí, no Peru que segue os padrões da caça às bruxas instaurada em território europeu. Neste caso, os suspeitos eram acusados de idolatria. Estes foram levados a interrogatório, foram torturados para que confessassem seus pecados e foram, ao fim, sentenciados com açoitamento público e outras formas de humilhação. Esta foi um caso em que a punição dos acusados era claramente utilizada para demonstração de poder e para amedrontar o resto da população e novos casos de rebeldia fossem evitados, independente do que lhes fosse imposto. Silverblatt (1987, p.174 *apud* Federici, 2017, p.403-404) observa que a utilização de sistemas de tortura na colônia e “aculturação forçada” faz com que as mulheres nativas acabem assumindo crimes semelhantes àqueles julgados na caça às bruxas, como fornicação com o diabo, fabricação de remédios à base de ervas, a capacidade de voarem e o lançamento de feitiços sobre autoridades e homens poderosos. Com o avanço da colonização e da exploração e diminuição no número da população indígena, a principal mão de obra a ser escravizada passa a vir a população negra africana. A substituição da mão de obra escrava faz com que as técnicas de controle sejam transferidas para os corpos que agora se encontra em posição de escravização, os corpos negros.

“Como na Europa, a tortura e o terror foram utilizados para forçar os acusados a revelar outros nomes, a fim de que os círculos de perseguição se

ampliassem cada vez mais” (Federici, 2017, p.404). No entanto, seu objetivo não tem o mesmo sucesso quanto na Europa, já que as bruxas não são retiradas totalmente do convívio social. Estas mulheres conseguem manter em parte sua antiga religião. Os cultos passam a ser realizados na clandestinidade e perderam seu caráter coletivo, mas os laços com suas divindades são mantidos. O mesmo pode ser dito sobre a estratégia utilizada pela população negra no Brasil. As religiões de matriz africanas veem a necessidade de participar de um processo de sincretismo religioso para que sua espiritualidade não fosse totalmente perdida e clandestinidade. Assim, os escravos passam a igualar, de certa forma, seus deuses com os santos católicos para que sua adoração não fosse criminalizada e internamente, por trás dos senhores de terra, suas crenças continuavam a ser professadas.

Federici (2017) entende que a caça às bruxas formal continua a atuar no continente americano até a metade do século XVII, quando se encontra uma determinada estabilidade dentro da estrutura de poder colonial e a grande diminuição demográfica começa a ser temida. No entanto, suas práticas de controle continuam ativas e presentes na vida das mulheres que habitavam neste território.

#### **4.2. A Construção da Bruxa Brasileira**

Quando as mulheres brancas chegam ao território da colônia, elas assumem a representação de Maria. São mulheres assexuadas, que vivem entre sua casa e a Igreja. Estas já viviam com base na submissão, passividade e alienadas ao espaço público. As mulheres de origem europeias são descritas como o modelo ideal da boa mãe e esposa (De Souza, Baldwin & Rosa, 2000, p.486). O ideal de passividade feminino é idolatrado na colônia através da Virgem Maria. O que não se mostra é que este modelo é incutido na mulher europeia através de um processo extremamente violento. Na colônia também, tal modelo é sustentado pela violência da escravidão e o posicionamento da mulher não-branca como a Eva de sua história. Tal discurso determina um

processo de domesticação da mulher branca e animalização da mulher indígena, negra e mestiça.

Portanto, pode-se afirmar que há uma clara separação entre determinadas mulheres dentro do contexto colonial brasileiro com base na violência física e psicológica. A partir da narrativa da caça às bruxas que se inicia na Europa da Idade Média, a mulher é vista como um ser animalesco, sexualizado e malvado. As mulheres que não se encaixavam no modelo de pureza e feminilidade determinado por tal narrativa se tornam vítimas de um processo de desumanização, demonização e criminalização. Ao mesmo tempo, aquelas que seguem o modelo imposto não estão livres das opressões. Estas são exaltadas e tem seu comportamento igualado ao de santas, porém são colocadas sob a tutela da Igreja, de suas famílias e do Estado, quando se dá fim ao processo de centralização e burocratização do poder. Ao ser transferido para o território colonial, tal pensamento se encontra com as ideologias racistas e escravistas e um novo padrão de discriminação se instala.

Durante a diferenciação entre raças que ocorre no contexto europeu, surge conjuntamente a diferenciação entre religiões. Religiões não cristãs como a muçulmana e a judia são também entendidas como influenciadas pelo poder de Satanás, no entanto existia ainda a possibilidade de essas populações se converterem e apagarem seu passado pecaminoso. Isso faz com a religião gere mais uma dinâmica de subordinação dentro da sociedade europeia e ocidental, como um todo; assim como outras formas de violências são experimentadas como através dos processos de conversão forçada. No entanto, a humanidade dos indivíduos que a pregavam não era questionada (Grosfoguel, 2016b, p.33).

Irene Silverblatt (1987 *apud* Pollock, 1989) analisa a mudança que ocorre na relação entre os gêneros com a chegada do colonizador espanhol no território peruano. A autora observa uma clara imposição de uma estrutura patriarcal por parte dos espanhóis, por mais que anteriormente não houvesse uma completa igualdade de poder entre os gêneros. No momento pré-Inca,

acreditava-se que ambos homens e mulheres poderiam ocupar posições de poder na política, graças às crenças religiosas prevalentes na comunidade. Era comum que mulheres possuíssem domínio sobre suas terras e animais, assim como detinham o direito de exercer posições políticas e religiosas. Principalmente entre as classes nobres da comunidade, a divisão de poder entre os gêneros se dava de maneira mais igualitária. As mulheres da elite possuíam sua própria rede de poder, através da reciprocidade de presentes. A conquista espanhola sobre a população introduz noções de hierarquia, conectando uma descendência divina à hierarquia política. Isto incluía inerentemente uma hierarquia de gênero, já que as crenças cristãs europeias justificavam a marginalização das mulheres, assim como a inferioridade de outros grupos étnicos.

Na colonização das Américas e da África, os povos nativos são vistos como sem religião. Tal concepção os retira da esfera do humano, já que não ter uma religião era o mesmo que não possuir uma alma, de acordo com o pensamento europeu (Grosfoguel, 2016b, p.36). Posteriormente, o discurso sobre a alma dos índios se modificará, os colocando sob um novo regime de trabalho; mas, sobre os povos negros, permanecerá o entendimento de que não seriam possuidores de alma, justificando a escravização dos mesmos (Grosfoguel, 2016b, p.39). Assim, os povos africanos são impedidos de utilizar suas cosmologias, conhecimentos e visões de mundo em território colonial por serem vistas como diabólicas e inferiores (Grosfoguel, 2016b, p.40). Da mesma maneira que o conhecimento das bruxas europeias foi apagado pelo fogo, o conhecimento negro e africano era apagado a chibatadas.

Dentro das hierarquias sociais, a população não-branca, principalmente a população negra - que alcançará grandes números com o tráfico escravista - é vista através da inferioridade frente aos brancos europeus. Inserida em uma nova composição hierárquica, a mulher branca europeia passa a ser vista como o modelo de feminilidade a ser seguido. Esta se torna a guardiã da pureza em um momento em que as bruxas estavam

sendo exterminadas em território europeu. A mulher que migra em conjunto com a colonização já tinha sua conduta moldada e controlada pelo imaginário sexista europeu. Este imaginário que abomina a mulher rebelde continua sendo reproduzido no interior das famílias e nas instituições de origem europeia, com o pretexto de que a honra e a moral devem ser mantidas.

Não é possível precisar quando foram realizadas as primeiras práticas de cunho racista no mundo ocidental, porém é legítimo dizer que estas já moldavam o ideário europeu antes da conquista de novos territórios. Até então, o racismo se misturava com o cunho religioso na discriminação que era realizada contra judeus e muçulmanos. Tal prática era comum na Península Ibérica para que não houvesse “mistura” da cristandade com judaísmo e islamismo. Era bem visto aquele que não possuía ancestrais que professassem estas religiões, seu grau de (des)prestígio se igualava aos condenados pela Inquisição. Muitos judeus, mesmo convertidos ao cristianismo, e muçulmanos foram perseguido e condenados nos tribunais da Inquisição. Quando se inicia o processo de colonização, muitos desses se deslocam para as colônias com o vislumbre de que sofreriam menos discriminação. De fato, isto acontece já que judeus e muçulmanos eram considerados ainda superior aos nativos e aos escravos negros. Além disso, “a Inquisição portuguesa nunca estabeleceu um tribunal em sua colônia; apenas enviava comissários em visitas ocasionais” (Stolcke, 2006, p.24); portanto, diminui a chance de estes serem condenados por professarem sua fé. No território colonial, as práticas de exclusão e exploração estavam voltadas totalmente a população a ser colonizada.

No processo de colonização, os índios são colocados na mesma categoria das mulheres e crianças, aqueles que são menores e dependentes, precisam da proteção e orientação (controle) dos homens brancos adultos. Não havia grandes preocupações com a antedecência do sangue indígena, já que eram frágeis e infantis. Apenas os índios que se recusavam a serem catequizados eram considerados detentores de sangue impuro e, então, poderiam ser escravizados (Stolcke, 2006, p.21). O contrário acontecia com

o sangue negro. Este era visto como genuinamente impuro e infectado, a mancha de seu sangue e sua desonra seria inapagável (Stolcke, 2006, p.28). Seja ligado a conduta moral-religiosa ou a pureza de sangue, cabia à mulher transmitir tais características. É importante notar que o fator racial é também central na definição de quais corpos podem ser violados. O abuso sexual de mulheres ocorria em todas as raças e classe sociais, porém a concepção de que o corpo negro está presente apenas em subserviência ao homem branco contribui para que as mulheres negras sejam exploradas em maior número e de forma mais violentas. As mulheres negras não eram vistas dentro de um código moral, não eram seres humanos, não eram partes da família de ninguém; eram apenas mercadorias a serem usufruídas. Como afirma Stolcke (2006, p.38), "a desdenhada imagem da mulata, síntese da mulher irresistivelmente sedutora e moralmente depravada, eximia homens brancos de qualquer responsabilidade, culpando em vez disso a mulher".

Lugones (2014, p.936) entende que a relação hierárquica entre humanos e não humanos é central na construção da modernidade colonial, porém esta não é aplicada em favor do homem branco europeu de maneira isolada. Em conjunto, são utilizadas as distinções entre homens e mulheres. Ao unir a noção de colonialidade com as hierarquias de gênero, Lugones (*Ibid*) entende que nas colônias são encontrados apenas fêmeas e machos. Os nativos dos territórios dominados não são vistos como igualmente humanos aos homens e mulheres europeus. A colonização cria a categoria de colonizados ao reduzir os mesmos a seres primitivos, inferiores aos humanos. Tal classificação é justificada discursivamente pelo entendimento de que estes eram possuídos pelo diabo, infantis e viviam sua sexualidade de maneira agressiva (Lugones, 2014, p.941). A missão civilizatória nas colônias era usada para permitir o acesso brutal aos corpos dos colonizados através de exploração da força de trabalho, pela violação sexual, pelo controle da reprodução e pelo terror sistemático (Lugones, 2014, p.938). A mudança de identidades realizada através da missão civilizatória possibilita que práticas comunitárias e saberes coletivos sejam eliminados, que sejam



reformuladas a relação dos indivíduos com o mundo espiritual e sua relação com a terra; propiciando o controle e a mudança de práticas sociais, reprodutivas e sexuais (*Ibid*).

No contexto colonial brasileiro, a fogueira foi substituída pelo tronco em que as escravas eram açoitadas. Quando punidos por rebeldia, os escravos eram frequentemente mandados ao tronco, onde tinham suas roupas retiradas e ficavam presos por algemas e correntes. As chibatadas eram dadas sob as vistas de uma espécie de plateia que se formava ao redor, ou seja, a punição servia também de exemplo aos outros para que não cometessem os mesmos atos. Muitos morriam após a agressão, porém aqueles que sobreviviam eram ainda colocados em um banho de água e sal que acelerava a cicatrização dos ferimentos. Isto os tornava aptos ao trabalho mais rápido, ao mesmo tempo em que gerava uma dor absurda pela ação do sal nos ferimentos. Assim, como na caça às bruxas, a tortura era utilizada contra a população negra como forma de punição ou com o objetivo de extrair informações. Além do tronco, eram usados instrumentos como placas de metal que tampavam as bocas daqueles pegos furtando comida. Era comum também que os escravos fossem mantidos em uma posição dolorosa em que sua mão direita era presa ao pé esquerdo e vice-versa com a utilização de um instrumento chamado de vira-mundo. Quando presos dessa maneira, os escravos eram ainda submetidos a chibatadas e pontapés. Quando sob tortura, os escravos eram proibidos de comer durante vários dias. Em alguns casos, eram presos por correntes a troncos de madeira que carregavam sobre a cabeça para que confessassem seus “crimes”, assim como de outros escravos.

Os povos africanos eram representados como animais selvagens, de tal forma que seriam incapazes de controlar sua sexualidade. Tal discurso tem como objetivo inferiorizar os negros frente ao homem branco para que sua dominação fosse legitimada sobre seus corpos e vivências (Lugones, 2014, p.936). O discurso de proximidade com a natureza é colocado sobre o corpo da mulher negra também para legitimar intervenções sobre sua vivência e seu corpo. A sexualidade da mulher negra não é ressaltada em seu

próprio favor. Esta não a pertence, na realidade, deve estar à disposição dos prazeres do homem branco.

A dimensão de gênero surge quando se observa o fato de que as mulheres negras, além de passarem pelos mesmos procedimentos de castigo e tortura que os homens negros, tinham ainda seus corpos violados pela violência e exploração sexual. No contexto colonial, a mulher colonizada é representada através de sua relação com o pecado e com o Satanás através da posse de seu corpo (Lugones, 2014, p.938). As mulheres negras eram vistas como propriedade e objeto sexual de seus senhores.

Como a ideologia cristã europeia proibia a poligamia nos territórios colonizados, as mulheres tornavam-se ainda mais vulneráveis à violência sexual. Os primeiros homens a chegarem no Novo Continente não vem acompanhados de mulheres. Mesmo que casados no continente europeu, buscavam formas de suprir seus prazeres sexuais com as nativas, muitas das vezes através da imposição e da violência. Mesmo depois com a introdução de políticas que visavam a povoação do território, momento em que parte da população europeia empobrecida se muda para as terras da América em busca de uma nova vida, os homens precisam ter uma certa condição econômica que se tornem elegíveis ao casamento. O casamento tem como um de seus objetivos a união de famílias com uma mesma ou mais alta posição social e econômica para manutenção e ascensão de *status*. Por isso, muitos homens mantêm relações em meio à prostituição e não se casam; simultaneamente, aumenta o número de estupros e raptos de nativas.

Mesmo o homem branco casado não tinha liberdade para experimentar de sua sexualidade dentro do casamento, já que o sexo com suas esposas era visto apenas como um meio de se reproduzir. No entanto, tal liberdade era encontrada fora do matrimônio com a violação de corpos tidos como naturalmente sexuais e animalizados.

"Ao reforçar a noção metafísica do sangue como veículo do prestígio familiar e como ferramenta ideológica usada para salvaguardar a hierarquia social, o Estado, numa aliança com as famílias que exigiam sangue puro, submetia suas mulheres a uma rígida vigilância de sua conduta sexual enquanto seus filhos se

deleitavam livremente com mulheres consideradas sin calidad"(Stolcke, 2006, p.38).

A sexualidade afluída seria inerente à natureza da mulher negra, além de que esta poderia ser utilizada sem cuidados já que aquele corpo era brutalizado e estaria ali apenas para servir às vontades do senhor. As imagens construídas em torno do corpo não-branco são de alguma forma sexualizadas. Isto se explicita nas frases de Federici (2017, p.402) e Stolcke (2006, p.38). A primeira aponta que “na fantasia europeia, a América em si era uma mulher nua reclinada que convidava, de forma sedutora, o estrangeiro branco que se aproximava”. Enquanto Stolcke analisa que “a desdenhada imagem da mulata, síntese da mulher irresistivelmente sedutora e moralmente depravada, eximia homens brancos de qualquer responsabilidade, culpando em vez disso a mulher”. Assim como, na caça às bruxas, as mulheres eram culpadas pelos fracassos dos homens, a mulher não-branca da colônia é culpada pelas violências aplicada sobre seu próprio corpo. Na primeira situação, a magia e a feitiçaria são as causas para tal acusação, já no caso da mulher coloniza a magia é igualada à sua sexualidade. Estes dois movimentos eximem os homens da culpa pelas violências perpetradas contra os corpos femininos culpabilizados. Neste momento, o homem, mesmo em posição ativa, tem sua atuação travestida de passividade.

A violação dos corpos das mulheres negras, principalmente produz também um fenômeno populacional em que várias crianças são geradas sem o reconhecimento de seus pais brancos. Na prática, estes assumem o papel de seus senhores, ao invés do papel paterno. A miscigenação era totalmente negada dentro da família colonial branca, porém é aceita e até mesmo invisibilizada através da ação do homem branco de origem europeia. Porém, o encontro entre os diferentes povos não é apenas moldado pelo colonizador, mas também sofre influência pela agência do colonizado. As relações sexuais violentas impostas sobre as mulheres colonizadas, geram herdeiros não reconhecidos; assim como, novas categorias sócio-étnicas. O que gera uma contradição dentro do modelo medieval europeu. As hierarquias fundadas por este, baseadas em honrarias, proeminências e discriminações sociais, são

desafiadas pelos filhos nascidos de colonos e colonizados. "Com o tempo, aquela dinâmica social sem precedentes da sociedade colonial modificou noções metropolitanas de nobreza, honra social e hierarquia, família, e moralidade sexual" (Stolcke, 2006, p.20). A mestiçagem, que ocorria na maioria das vezes através da violação do corpo das mulheres não-brancas, embarçava as fronteiras entre os grupos étnicos em um momento em que a aparência física era característica definidora da "qualidade social" no território colonial. "As aspirações desses filhos misturados à ascensão social eram vistas pelas elites como ameaças a sua proeminência social e a seus privilégios" (Stolcke, 2006, p.31). Visando a manutenção de seu poder, os colonizadores se utilizavam da dominação ideológica e do corpo das mulheres para controlar o comportamento social e preservar as hierarquias.

A mentalidade estabelecida pela caça às bruxas na Europa, de controle da sexualidade das mulheres e a noção de pureza sexual, se soma na colônia com as ideias de limpeza de sangue para evitar que as etnias se misturassem no âmbito privado e no espaço familiar. Stolcke (2006, p.39) coloca que

"o confinamento doméstico das mulheres e sua subordinação geral em outras esferas sociais eram consequências de sua centralidade reprodutiva. E isso era assim porque, como bem observou um jurista espanhol do século XIX, só as mulheres poderiam introduzir bastardos no casamento".

O código de honra da metrópole, introduzido pela caça às bruxas, que se baseava na virgindade e castidade das mulheres continua a ser reproduzido, agora por outros meios e com novas justificativas. O corpo da mulher se torna central através da inserção das normas de manutenção de "pureza de sangue", pois, o nascimento se torna a base para a discriminação. O corpo da mulher mais uma vez é o local em que a política age diretamente. O controle da sexualidade feminina se torna disputado entre os homens que buscam alcançar e manter suas honrarias sociais.

"Sempre que o posicionamento social numa sociedade hierárquica é atribuído ao nascimento e à descendência, e enquanto o sexo não puder ser dissociado da gravidez, será essencial para os homens da elite controlar a sexualidade de suas mulheres a fim de garantir a reprodução adequada de seu *status*

social através de um casamento apropriado" (Stolcke, 2006, p.38).

Aos homens, era atribuída apenas a responsabilidade de controlar os corpos e a sexualidade de suas mulheres. Mesmo as mulheres brancas não tinham nenhuma honraria social a ganhar com o casamento, apenas poderiam perder sua honra ou virtude. Caso uma mulher de classe mais alta se relacionasse com um homem de classe inferior toda sua família poderia ser contaminada, porém o contrário não ocorria. Conforme aponta Stolcke: "A exploração sexual por homens, embora muito danosa para a mulher envolvida, literalmente não trazia qualquer consequência para a honra da família" (Stolcke, 2006, p.38).

Este movimento se encontra de um processo maior de controle do corpo e das condutas femininas. Continuam a ser usadas as noções produzidas no contexto europeu da caça às bruxas. Na colônia, a violência do controle se estabelece por outros meios, de forma que se torne mais difusa entre as formas de condução da vida cotidiana. Tal construção dava uma liberdade aos homens de viverem sua vida sexual da maneira que bem entendessem, somado às noções de que as mulheres não-brancas poderiam ter seus corpos violados e a ideologia do matrimônio, que aceitava a possibilidade de um marido infiel enquanto a esposa mantinha suas responsabilidades familiares. Esta última possibilidade já havia sido considerada em *Malleus Maleficarum*.

"Relações sexuais entre parceiros de *status* sociais distintos não raro aconteciam fora do casamento. Os filhos ilegítimos eram excluídos das honrarias sociais do ascendente mais bem colocado, normalmente o pai, e então eram criados em casas comandadas pelas mães, de *status* mais baixo" (Stolcke, 2006, p.30).

Tal noção é desenvolvida paralelamente com a ideia de que a mulher está fadada à maternidade e à vida doméstica por possuir um útero. Isto demonstra a relação do sexo biológico com a definição dos papéis sociais de cada gênero. Como colocado por Rubin (1997, p.40), o gênero é uma divisão social entre os sexos. Este tem como objetivo apagar as similaridades naturais entre homens e mulheres e ressaltar suas diferenças como o fato de as mulheres possuírem um útero e os homens não.

Neste movimento, pode ser observada a incidência do racismo sobre os processos de controle da sexualidade feminina. A ideia de limpeza de sangue permanece até o século XVIII, uma ideologia de pureza racial e exclusão que envolvia critérios de raça, etnia e identidade étnica (Stolcke, 2006, p.24). As noções de legitimidade e honra estavam essencialmente institucionalizadas. Stolcke (2006, p.25) afirma que “na sociedade colonial ibérica durante os dois primeiros séculos após a conquista, a doutrina da limpeza de sangue era uma forma cultural-religiosa de posicionamento social e de discriminação”. Assim, podemos entender que a limpeza de sangue é inerentemente fundamentada em noções racista que essencializam determinados povos através da diferenciação entre o “eu” e o “outro”.

Ochy Curiel (s.d., p.1) entende que vivemos em um momento que se assemelha à modernidade, ao mesmo tempo, em que possui pontos pós-modernos. No entanto, há locais em que a pré-modernidade permanece em alguns aspectos como, por exemplo, na América Latina e no Caribe. Seguindo o pensamento desta autora, pode-se afirmar que as formas de controle do corpo feminino seria uma representação da continuidade da pré-modernidade durante os diferentes contextos históricos. A semelhança das práticas aplicadas sobre o corpo e o comportamento da mulher negra, a posição de escrava do período colonial, com as práticas impostas sobre as mulheres europeias durante a Inquisição e a caça às bruxas aponta sua continuidade a partir da reprodução de formas de controle.

A mulher branca deve se dedicar somente ao seu lar e ao cuidado de seus filhos e marido, reclusa ao âmbito privado e sob o controle dos homens ao seu redor. Não lhe é mais perpetrada a violência física de maneira pública, porém há um temor psicológico de que sua honra será retirada caso seu comportamento não se enquadre no modelo esperado. Já em relação a mulher negra, a violência continua a ser perpetrada cotidianamente, pois esta é vista como uma propriedade dos senhores de engenho. Nesse momento, as denominações de animalesco, diabólico e inerentemente sexualizado são transferidos para o corpo e o comportamento das mulheres negras. Estas são

colocadas no local de sujeitos que devem ser controlados e domesticados pela elite branca para que cumpram seu trabalho. Por si só, o trabalho que lhes era imposto gerava graves danos a sua saúde física, já que eram expostas as exaustivas horas de trabalho tanto no âmbito das colheitas como no âmbito doméstico, com os afazeres da casa e com o cuidado das crianças. A relação de submissão a qual deve sucumbir destrói também esta mulher em seu âmbito psicológico. A todo momento, esta é vista em posição inferior, o que afeta também a construção da autoestima desta mulher.

Simultaneamente, a mulher branca é vista como assexuada frente a hipersexualização do corpo negro. Enquanto a primeira é vista em meio à pureza, à castidade e ao casamento; a mulher negra se encontraria em meio a promiscuidade, o pecado e o crime. Patricia Hill Collins (2004, p.97) afirma que o estigma colocado sobre a sexualidade de pessoas negras é central para a construção do racismo. A vivência da sexualidade branca só pode ser classificada como normal a partir do contraponto com uma sexualidade outra onde se encontraria a desonra e a degradação (Collins, 2004, p.97). As ciências ocidentais são primordiais para a animalização do negro. Diversos estudos afirmavam a proximidade entre os macacos e a população negra; não só geograficamente, mas também pela mimetização dos comportamentos animais. A diferença entre os negros e os macacos seria construída através de uma linha fluída que, simultaneamente, humanizava os macacos e animalizava os negros (Collins, 2004, p.99). Tal proximidade se tornava clara no âmbito sexual de suas vidas. A sexualidade negra seria comandada por seus instintos mais animais, já que os negros não teriam ainda desenvolvido a civilidade, como na comunidade europeia. Logo, sua natureza seria inerentemente mais sexualizada do que a europeia (Collins, 2004, p. 100).

Curiel (s.d., p.12) aponta ainda que a legitimação da instituição do casamento é uma forma de impor o modelo heterossexual sobre os relacionamentos. O casamento se torna um instrumento regulador da vida das mulheres brancas e europeias no mesmo momento em que as confina ao

ambiente domiciliar. Isto faz com que aumente a dependência da mulher pelo homem, fazendo com que sua relação, mesmo que de maneira insatisfatória e opressiva, se torne tolerável. A heterossexualidade garantiria ao homem o acesso físico, econômico e emocional ao corpo feminino (Rich *apud* Curiel, s.d., p.12). Este pensamento era principalmente reproduzido na ideologia cristã, religião predominante neste contexto. Em um momento em que ir à Igreja se tornava uma das únicas opções de lazer das mulheres de origem europeia, a virtude sexual feminina era entendida como maior que todos seus bens morais. A virgindade antes do casamento e a castidade, depois do mesmo, eram primordiais para a salvação da alma. Tal controle sexual, porém, não reconhece as desigualdades sociais e os abusos sexuais que os próprios religiosos cometiam nas colônias (Stolcke, 2006, p.33).

“Ao exaltar a virtude sexual, a igreja fomentou a discriminação de diferentes tipos de mulher em termos sexuais: de um lado, mulheres abusadas sexualmente por homens que, devido ao alto *status* social, não se casariam com elas (essas eram posicionadas em um *status* inferior e, mais do que isso, penalizadas por estarem, assim, vivendo em pecado mortal); de outro, mulheres virtuosas (de famílias respeitáveis) cuja sexualidade era severamente controlada por homens em nome da família e da pureza social” (Stolcke, 2006, p.33-34).

Em 1775, foi promulgada uma lei portuguesa, que reforçava um decreto vigente desde de 1603, autorizando a deserção de uma filha que se casasse sem o consentimento dos pais e ampliando o controle paterno sobre o casamento de seus filhos homens. Esta demonstra que a limpeza de sangue e o controle sobre o casamento era exercido tanto pela moral-religiosa, como pelo Estado e seu aparato jurídico. Promulgações de leis como essas são possíveis apenas pela noção de propriedade que é colocada sobre os corpos femininos. A mulher é vista como um sujeito que está sempre sob a tutela de um homem. Este homem inicialmente é seu pai e depois com o casamento o marido, aquele escolhido pelo pai para “ceder” a mão de sua filha em casamento, se torna seu responsável. As mulheres são consideradas como um objeto de propriedade em diversas situações: entregues em casamentos, tomadas em conflitos, trocadas em favores, enviadas como tributos. Os



corpos femininos são negociados, comprados e vendidos (Rubin, 1997, p.38). A condição de propriedade é colocada sobre esses corpos simplesmente pelo fato de serem mulheres e não pelas características e posições que assumem, como ocorre com os corpos masculinos (*Ibid*). A subordinação das mulheres dentro da divisão de trabalho é um produto de relações normatizadas pelo gênero e pelo sexo – que são também organizados e produzidos (Rubin, 1997, p.39). Levi-Strauss (*apud* Rubin, 1997, p.39) argumenta que a divisão de trabalho de acordo com o sexo tem como objetivo fazer com que os sexos dependam um do outro para que o casamento se torne a união entre pelo menos um homem e uma mulher. Ou seja, a divisão de trabalho contribui também para a instauração dos regimes heteronormativos. Na realidade, a visão da mulher como propriedade seria apenas o princípio da construção de outros conceitos que sustentam os sistemas sexuais (Rubin, 1997, p.39).

Uma forma ainda mais clara pela qual a caça às bruxas impõe a heterossexualidade como a normatividade sobre a vida de homens e mulheres é através dos ataques sobre aqueles que praticavam a sodomia. Um exemplo mais claro disso é a criação e utilização do termo pejorativo “faggot” para se referenciar à população que não se encaixava nas práticas heteronormativas. Tal termo é uma alusão aquilo que era utilizado para atizar o fogo das fogueiras em que as mulheres acusadas de bruxaria eram queimadas (Federici, 2017, p.354).

Assim como na caça às bruxas, a religião cristã é fundamental para apontar a sexualidade feminina como pecaminosas. As mesmas formas de controle são aplicadas sobre a mulher europeia durante a caça às bruxas, período não distante dos processos de colonização. A reprodução dos saberes se torna aqui explícita. Na caça às bruxas, as relações dicotômicas são utilizadas para genderizar os cidadãos europeus; já nas colônias, a dicotomia tem como objetivo a desumanização dos colonizados. Na Europa, porém, há espaço para os processos de entrecruzamentos, diálogos e negociações mesmo que tensos, violentos e arriscados; enquanto nas colônias, não há espaço para o embate. A colonização reduz os colonizados a seres primitivos,

possuídos satanicamente, infantis e agressivamente sexuais. Suas características precisam ser domadas e transformadas, assim como a mulher bruxa europeia com quem compartilha os mesmos atributos animalescos. Assim, a mulher negra é vista como não merecedora de direitos, diferente da mulher branca que ainda é vista como um ser humano (Lugones, 2014, p.937). A mulher branca deve se encaixar nos modelos para que não perca seus direitos, mesmo que estes sejam poucos; mas a mulher negra e escravizada já nasce sem qualquer honra, humanidade e direitos.

Dessa maneira, o imaginário europeu molda as práticas aplicadas durante a colonização europeia dentro do continente americano. As formas de controle, tortura e abusos praticados sobre as mulheres negras explicitam técnicas semelhantes sendo utilizadas dentro dos dois contextos. A diferença que pode ser aqui notada é o fator racial como determinante na decisão de quais corpos serão açoitados pelos castigos físicos ou violados pela violência sexual. A desumanização da população negra e escrava permite que o controle seja exercido de maneira extremamente autoritária pelos senhores de terra, que se quer recorriam ao poder religioso e judiciário para legitimar sua violência. Através da violência sexual sobre as mulheres negras, o homem branco reafirma mais uma vez o seu poder e legitima aqueles corpos como sua propriedade e objeto de prazer

Para que houvesse a manutenção dos poderes com os homens e para garantir a reprodução da família patriarcal, era preciso que as mulheres fossem mantidas sobre o controle dos mesmos e reclusas no lar, se dedicando à vida doméstica. Era proibido, durante o período colonial, que as mulheres frequentassem as escolas. Ou seja, a educação formal era pensada apenas para os homens. Às mulheres, eram ensinados apenas os cuidados com a casa e atividades como costurar, bordar, cozinhar. Aquelas da alta sociedade tinham a oportunidade de frequentar ainda aulas de pintura e aprendiam a tocar algum instrumento. Seu contato com a leitura e a escrita eram o menor possível, quando este era permitido por seus pais. Um ditado da época retrata bem essa realidade: “mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser

mãe de família, saiba pouco ou saiba nada” (Follador, 2009, p.8-9). A mulher branca permanecia a todo momento sob a vigilância de sua família, principalmente dos homens para que fossem mantidas sua virgindade, fidelidade e honra. Essas qualidades definiam a honra de todos os homens de sua família ou com quem mantivessem qualquer tipo de relação. (Follador, 2009, p.9). Tal controle retirava das mulheres a possibilidade de possuírem voz e ocupar espaços. Mesmo que de forma simbólica, as mulheres eram ensinadas a ocupar o mínimo de espaço possível em qualquer ambiente em que estivessem. Essa fiscalização era realizada em todos os âmbitos da vida feminina, com “o controle dentro de casa desde a infância, o controle ideológico mantido pelos ideais de recato, respeito, humildade e pela falta de instrução; por fim, a escolha de um marido que certamente manteria o mesmo controle sobre ela” (Follador, 2009, p.9).

É preciso notar ainda uma outra dimensão que passa despercebida na análise de Follador (2009), a diferenciação entre as mulheres brancas, de origem europeia e as mulheres negras e mestiças, de origem africana. As últimas se quer eram treinadas para servir ao seu marido e se dedicarem ao lar, pois a maioria destas não tinham seu próprio, passavam suas vidas servindo a seus senhores. Enquanto a ida à Igreja, missas, novenas e procissões era uma forma de lazer para as jovens brancas, as mulheres negras tinham esses passeios ainda como uma parte de seus trabalhos. Isto quando lhes era concedida esta “liberdade”. Portanto, o casamento e a administração da casa seguiam o modelo europeu de mulher ideal, enquanto às mulheres negras essa possibilidade não era concedida. A elas restava fazer parte da mão de obra escravizada e fornecer prazer sexual dentro das relações extramatrimoniais dos senhores (DeSouza, Baldwin & Rosa, 2000, p.486). “A sociedade brasileira, que se pautou no poder masculino, jamais prescindiu da mão-de-obra feminina” (Nader *apud* Follador, 2009, p. 10-11), principalmente da mão-de-obra feminina e negra. “As relações sexuais entre os homens e mulheres brasileiros começaram dentro do contexto de uma sociedade colonial escravocrata, onde os homens brancos tinham poder e

autoridade absolutos sobre as mulheres de cor” (Burns, 1993; Levine, 1989 *apud* Follador, 2009, p.490). O espaço público as recebia com violência e marginalização. As mulheres negras, se quer, eram consideradas detentoras de honra para que tivessem a oportunidade de perde-la. Estas eram consideradas intrinsicamente sem honra, mesmo aquelas com *status* de escaravas alforriadas ou as mestiças; não circulavam pelos âmbitos da honra ou de desonra (Follador, 2009, p.10). Até mesmo ter a possibilidade de perder a honra era um privilegio da mulher branca, seja ela pobre ou abastada.

#### **4.3. O Poder Contra os Feitiços**

Foucault (1984, p.88) entende o poder como uma correlação de forças constitutiva do contexto em que o mesmo age. Estas forças entram em correlação entre si de maneira que se apoiam, reforçando uma a outra. Este pode assumir como forma final a soberania estatal ou a forma de leis, porém isto não seria fruto de uma dominação geral exercida por um determinado grupo (Foucault, 1984, p.88). Seus efeitos podem atravessar todo o contexto social (*Ibid*), o poder é entendido como onipresente, já que é produzido a todo instante e em todas as relações sociais. Este está e advém de todos os lugares (Foucault, 1984, p.89). O poder não deve ser entendido como uma instituição ou uma estrutura, por isso é possível afirmar que ele perpassa e se reproduz dentro dos diferentes contextos, históricos e geográficos. Por mais que o poder deva ser observado a partir do micro, este não poderia funcionar sem que sua ação local se inserisse dentro do que Foucault (1984, p.95) chama de uma estratégia global. O mesmo pode ser dito sobre o inverso, uma estratégia global não conseguiria firmar suas bases sem as práticas de poder do local (Foucault, 1984, p.95).

Portanto, para a construção do sistema patriarcal global foram necessárias as práticas de subordinação da mulher tanto no contexto europeu na Idade Média, como no território colonial. A manutenção deste sistema depende da reprodução de tais práticas dentro de seus espaços e instituições micro, como na estrutura familiar. Federici (2017, p.401) aponta que muitos

chefes indígenas tradicionais passam a assumir a propriedade de terras que antes eram comunais e a marginalizar as mulheres dentro de suas comunidades, retirando seus direitos sobre a água e a terra, afim de manter sua autoridade e ganhar apoio do colonizador. O conquistador, porém, mantém sua superioridade em termos cosmológicos e de gênero; estes eram conceitualmente masculinos e os conquistados eram entendidos apenas dentro de termos construídos como hierarquicamente inferiores, dentro de estereótipos de feminilidade e subalternidade. Ocorre uma hierarquização entre as masculinidades que se encontram no território colonial. O colonizador assume uma posição de masculinidade hegemônica, superior às outras, enquanto o homem colonizado é colocado dentro dos estereótipos de masculinidades subordinadas; no entanto, os dois permanecem sendo superiores às mulheres de suas etnias/raças.

O discurso pode assumir diversos propósitos dentro das dinâmicas de poder. Sua ação pode se dar como um instrumento ou efeito do poder, assim como alavanca ou obstáculo para seu avanço. O discurso pode tanto reforçar, como minar o poder (Foucault, 1984, p.96). Dentro dos contextos estudados, acontece a primeira opção em que os discursos religiosos e sociais reforçam as noções construídas sobre os corpos de mulheres brancas e não-brancas. A reprodução do discurso fixa os locais que devem ocupar socialmente, ao mesmo tempo em que o local ocupado corrobora com as noções produzidas inicialmente pelo discurso. Dessa maneira, as mulheres nativas são reduzidas a criadas; tanto dos chefes tradicionais, como dos *encomenderos*<sup>5</sup>, sacerdotes e de seus maridos e outros trabalhadores das minas, quando acompanhavam seus trabalhos na exploração das mesmas. O pensamento, de que as mulheres são mais fracas moral e intelectualmente frente as tentações do demônio, se torna tão difundido dentro do imaginário europeu que este aparece também dentro do contexto colonial. Na colônia, sua reprodução se revela até mesmo

---

<sup>5</sup> Palavra espanhola que designa aqueles que ficavam responsáveis por grandes quantidades de terra no território colonial. Estes eram responsável também pela doutrinação cristã dos indígenas e pelo aumento do lucro da metrópole. Tal posição trazia consigo altas posições dentro da hierarquia colonial, apenas a recebiam aqueles que provavam a honra de sua linhagem.

durante o momento de abolição da escravidão, em que os homens não-brancos ganhavam certo grau de liberdade formal, enquanto as mulheres eram novamente submetidas a práticas de inferiorização social. Mesmo quando considerados membros de raças e povos inferiores, os homens eram merecedores de maior confiança e respeito do que as mulheres que eram vistas apenas como um objeto de trabalho e sexual, caso fosse da vontade de seu senhor.

Foucault (1984, p.97) explica que dentro de uma mesma estratégia podem existir discursos que se contradizem. Isto pode se observar no âmbito da caça às bruxas em que as mulheres eram caracterizadas duplamente como santas e diabólicas, inerentemente animalizadas, porém cuidadosas o bastante para se tornarem responsáveis pelo cuidado dos filhos. O mesmo ocorre com a mulher negra e escrava que é igualmente caracterizada como inferior e animalesca, porém é a encarregada do cuidado dos filhos dos senhores. A partir da observação do local ocupado pela mulher negra no contexto brasileiro atual, Gonzalez (1984) observa que a mulher negra ocupa frequentemente o local de empregada na casa das elites brancas, é vista em local de subalternidade dentro da estrutura social em que vivemos. Esta mulher tem a sua reprodução desencorajada por seu papel é naturalizado como ligado ao cuidado dos filhos da elite. Desta maneira, a mesma mulher que é entendida como inferior se torna responsável pelos cuidados da primeira infância das crianças da elite nacional, passando com isto os seus valores a tais indivíduos (Gonzalez, 1984, p.235-236).

Aplicando os escritos de Frantz Fanon sobre os momentos históricos aqui estudados, pode-se entender que a caça às bruxas e a colonização brasileira se dão em zonas diferentes. A primeira, por ocorrer no âmbito europeu, se encontra na zona do ser; enquanto a colonização e o controle sobre os colonizados ocorrem dentro da zona do não ser. Isto não impede que a violência não seja utilizada dentro dos dois contextos, porém no primeiro a humanidade dos sujeitos controlados ainda é vista, existe a possibilidade de serem punidos de outras formas. No entanto, a colonização ocorre dentro da

zona do não ser, na qual os colonizados não são reconhecidos enquanto sujeitos de direito. Com isso, podem ser aplicadas também as noções de poder soberano e bio-poder de Foucault. Depois do uso explícito de violência dentro do território europeu, passa a ser desenvolvido no mesmo uma forma de controle em que a violência se torna cada vez menos visível. Isto porque através das normas, os indivíduos passam a monitorar a si mesmos e aquelas a sua volta. No entanto, pode-se dizer que na zona do não ser ou no mundo colonial, o poder soberano nunca para de fato de existir, pois é necessário reafirmar as estruturas raciais e coloniais.

As noções de cuidado e amor dentro das instituições familiares escondem as violências que envolvem o comportamento e o corpo feminino. Esta pode ser entendido como uma forma pela qual o bio-poder atua. Em relação às mulheres escravizadas, não é preciso que a violência se esconda através de normas sociais. A mão de obra destas mulheres é abertamente explorada. A violência física e a submissão são utilizadas para manterem as fronteiras entre as zonas em que as mulheres negras e as mulheres brancas vivem.

“A feeling of inferiority? No, a feeling of nonexistence. Sin is Negro as virtue is White.” (Fanon, 2008, p.106).

Esta citação de Fanon explicita a vivência das mulheres negras dentro do contexto colonial brasileiro. Neste, o corpo da mulher negra se torna o local da impureza e do pecado e seu comportamento é criminalizado, rejeitado e animalizado socialmente. Esta não é vista pela elite, é o não-homem e a não-mulher, como afirma Lugones (2014, p.937); existe apenas na posição de serviço e propriedade.

O poder está em diversos pontos e relações desiguais, é parte de processos econômicos, relações de conhecimento e relações sexuais. Sua racionalidade pode ser melhor observada dentro de seu nível local, pois ali as forças se propagam, se apoiam e constroem seus dispositivos institucionais (Foucault, 1984, p.91). A partir desta análise, é possível também entender que o corpo das mulheres é um foco sobre o qual o poder atua. Em certos

momentos, este é observado com o intuito de vigiá-lo e controlá-lo, já em outros a observação o torna o local sobre o qual o desejo sexual é direcionado. Este processo é aplicado sobre o corpo negro feminino durante a colonização portuguesa no Brasil. Este corpo é duplamente qualificado e desqualificado em relação à sexualidade. Ao mesmo tempo em que é desejado pelo homem branco por seus atributos sexuais, o mesmo corpo é desprezado ao ser descrito como extremamente sexual, ao ponto de ser visto como sujo e degradado. Da mesma maneira, apresenta funcionalidade dentro do espaço familiar através da reprodução e do cuidado dos filhos de seus senhores, porém é simultaneamente deslegitimado socialmente por meio de argumentos que o animalizam e o colocam em uma situação de atraso frente a civilidade europeia. Tal duplicidade de práticas permite que o corpo das mulheres assuma a posição daquele que serve em diversas situações, retirando do homem as responsabilidades domésticas e realizando aos seus prazeres. Simultaneamente, quando este corpo não se encaixa dentro do modelo esperado, o mesmo é desqualificado, animalizado e controlado através da violência física e direta.

Portanto, concluo que a mulher negra do Brasil colônia está, de fato, posicionada da mesma forma que a bruxa no contexto da Idade Média europeia. Colocada sob ataques físicos, psicológicos e culturais cotidianamente, sua imagem é desqualificada em favor de modelos ideais de sujeitos. Estes últimos são, porém, atingíveis apenas a um escasso grupo de mulheres. O que faz com que cada mulher inserida neste contexto se torne um pouco bruxa. No contexto colonial brasileira, a bruxa não é branca, não é homossexual, não é cristã, não pertence à elite social e não é casta; ou seja, um diverso escopo de mulheres se encaixa em suas “qualidades” e, por isso são atacadas, e até mortas, por um aspecto de sua essência ou por sua natureza inteira supostamente criminosa e não-normativa.



## 5. Conclusão

Respondendo a pergunta inicial – *Quais os efeitos do período histórico marcado pela caça às bruxas no controle sobre a vivência de mulheres brancas e negras no Brasil colonial?* – entendo que diversos são os efeitos gerados pela influência do pensamento europeu marcado pela caça às bruxas durante a colonização do Brasil; no entanto estes podem ser resumidos em poucas palavras: violência e controle.

Através do compartilhamento e reprodução de saberes, pode-se observar que o imaginário europeu molda as hierarquias sociais aplicadas no contexto colonial. O pensamento europeu se baseia em estruturas opressoras, sexistas, racistas e classistas e os mesmos critérios são aplicados na construção da sociedade colonial. A caça às bruxas tem como objetivo controlar os corpos e comportamentos de mulheres consideradas como devassas, pecadoras, aquelas que possuíam ligações com o demônio e exerciam seu poder através de feitiços. Entre outras ideias difundidas na época, entendia-se que as bruxas formavam uma espécie de seita infanticida que praticava feitiços contra a reprodução da vida. Estas eram construídas como um perigo para a ordem social e, então, tinham suas práticas e vidas criminalizadas e condenadas.

Considero, pelos argumentos apresentados durante toda esta monografia, a caça às bruxas como um dos principais momentos históricos determinantes para a manutenção de tal base. Tal movimento permite a estruturação do poder patriarcal na sociedade europeia entre os séculos XIV e XVII. A caça às bruxas é frequentemente vista como um movimento religioso apenas, porém este gera diversos efeitos sociais, econômicos e políticos. Por meio deste, as mulheres têm seus poderes social e econômico retirados, sua presença é limitada aos espaços domésticos e privados e seu corpo e sexualidade são criminalizados. Os homens passam a exercer poder sobre todas as esferas da vida das mulheres, por meio das relações familiares como o parentesco entre pai e filha e as relações matrimoniais de marido e

esposa. A caça às bruxas restringe a vivência feminina a um modelo ideal doméstico, casto e cristão.

Com a conquista de territórios além-mar, a partir do século XV, o mesmo pensamento acaba se tornando basilar para construção da sociedade colonial. O encontro colonial com diferentes “raças” e etnias permite que o poder patriarcal, construído através da perseguição contra as bruxas, se una a discriminação racial. Os dois geram a noção de superioridade do colonizador europeu, o homem branco. A partir de então se constrói uma hierarquia social em que o homem branco assume o lugar de autoridade e poder sobre todos os outros sujeitos inseridos neste mesmo contexto. O fator racial é relevante nesta análise por definir regras de regulação distintas para os corpos negros e brancos. Dessa maneira, o poder patriarcal gera modelos ideais desiguais na determinação do comportamento de mulheres brancas e negras e no controle de seus corpos.

De fato, a caça às bruxas fez parte de um momento histórico que não teve fim em si mesmo. Este processo de construção da dominação do homem sobre a mulher tem efeitos que permanecem perpassando diversos períodos históricos e moldando a vida de milhões de mulheres por todo o mundo. No entanto, sendo também modificado pelas especificidades de cada local. Assim, a caça às bruxas influencia a construção da sociedade patriarcal e racista que permite a estrutura colonial aplicada nos territórios conquistados.

Como apresentado na Introdução desta monografia, não foram analisadas as situações experienciada pelas mulheres que se encontram fora do contexto urbano do Brasil colonial. Assim como, a realidade de mulheres que não se identificam com o padrão normativo da heterossexualidade. Estes são outras posicionalidades que poderiam ser analisadas dentro deste contexto e que gerariam diferentes observações sobre este contexto social.

A escolha pela análise dos métodos de controle e da atuação de poder restringe também o escopo desta pesquisa ao limitar seu olhar mais para a estrutura do que para os agentes envolvidos. Por isso, o olhar sobre movimentos de resistências e locais de luta coletiva e individual que

ganharam relevância dentro do contexto de caça às bruxas e do Brasil colônia geraria uma importantíssima análise com novas conclusões a partir de um mesmo momento histórico.

Permanece também em aberto a influência que a caça às bruxas tem ainda nos dias atuais. Esta possibilidade provoca grande interesse, particularmente, e pretendo avançá-la em projetos futuros. Esta análise aprofundaria ainda mais a percepção de que momentos históricos não são isolados e poderia ainda observar sua influência através de apologias aos mecanismos de controle utilizados nos diferentes contextos como a morte pela fogueira e a escravidão.

Por fim, esta análise pode observar as maneiras que os mecanismos de controle se reproduzem e se reinventam no Brasil colonial. Este esforço de análise pode ajudar a pensar novas e outras formas de resistência ao controle do masculino sobre o feminino e do branco sobre o não-branco, a partir da consideração de que estes sistemas hierárquicos possuem origem em tempos vistos como remotos e sem influência nas vivências de outros tempos e espaços. Analisar a maneira que o poder se renova dentro dos diferentes espaços/tempos em função da manutenção de uma mesma estrutura machista e sexista pode ajudar a pensar métodos de resistência mais eficazes frente aos métodos de controle aplicados atualmente.

## 6. Referências Bibliográficas

BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira*. 2011.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BIZZOCCHI, Aldo. Viajando na história das palavras. *Diário de Um Linguista*. 05 jul. 2016. Disponível em: <<https://diariodeumlinguista.wordpress.com/2016/07/05/viajando-na-historia-das-palavras/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

CAMPBELL, David. *Writing Security*. University of Minnesota Press. 1992.

COCKBURN, Cynthia. The Continuum of Violence: A Gender Perspective on War and Peace. In: GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer. *Sites of Violence: Gender and Conflict Zones*. Los Angeles: University of California Press. 2004. p. 24-44.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Sexual Politics: African American, Gender and The New Racism*. New York: Routledge, 2004.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299.

DESCONHECIDOS, Fatos. OS 5 PIORES CASTIGOS DADOS AOS ESCRAVOS NO PASSADO. *Fatos Desconhecidos*. 31 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.fatosdesconhecidos.com.br/os-5-piores-castigos-dados-aos-escravos-no-passado/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Second Edition. 2014.

FANON, Frantz. *Black Skin, White Masks*. Grove Press, 3ª edição. 2008.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A Mulher na Visão do Patriarcado Brasileiro: Uma Herança Ocidental. *Revista fatos&versões*, n.2, v.1, p. 3-16. 2009. Disponível em:

<[https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31446858/REVISTA\\_FATOS\\_E\\_VERSOES\\_-\\_MULHER\\_NO\\_PATRIARCADO\\_BRASILEIRO.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1536684006&Signature=DGhVrHOfoIxRjamGnqF8nmgd9iE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA\\_MULHER\\_NO\\_PATRIARCA\\_DO\\_BRASILEIRO.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31446858/REVISTA_FATOS_E_VERSOES_-_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1536684006&Signature=DGhVrHOfoIxRjamGnqF8nmgd9iE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_MULHER_NO_PATRIARCA_DO_BRASILEIRO.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2018.

GROSFOGUEL, Ramón. What is racism?. *Journal World-Systems Research*, v. 22, nº. 1, 2016a, p. 9-15.

\_\_\_\_\_. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, nº. 1, jan/abril 2016b, p.25-49.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. *International Relations and the Problems of Difference*. 2004. Prefácio.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *Malleus Maleficarum: O Martelo das Feiticeiras*. Alemanha. 1487.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, set-dez/2014.

MM360. *MM360 explica os termos gaslighting, mansplaining, maninterrupting e bropropriating*. 2016. Disponível em: <<http://movimentomulher360.com.br/2016/11/mm360-explica-os-termos-gaslighting-mansplaining-bropriating-e-maninterrupting/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica [ao livro O martelo das feiticeiras]. Em Aberto, Brasília, v. 27, n. 91, p. 177-187, jul./dez. 2014.

POLLOCK, Donald. Moon, Sun, and Witches: Gender Ideologies and Class In Inca and Colonial Peru. *The Latin American Anthropology Review*, v. 1,

n. 1, p.11-11, 28 out. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1525/jlca.1989.1.1.11.1>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex. In: NICHOLSON, Linda. The Second Wave: a Reader in Feminist Theory. New York: Routledge. 1997.

SILVEIRA, Aline; SITO, Laura. *A Cor da Violência: Feminicídio de Mulheres Negras no Brasil*. 2018. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2018/01/10/cor-da-violencia-feminicidio-de-mulheres-negras-no-brasil/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

SOUZA, Eros de; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, n.13, v.3, p.485-496. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v13n3/v13n3a16.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

STOLCKE, V. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 14, n. 1, 2006.

TICKNER, J.A. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. 1992.

UNESCO. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência. 2017. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002606/260661por.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

WARREN, Marry Anne. *Gendercide: The Implications of Sex Selection*. Rowman & Allanfield Publishers. 1985.